

A Queda de Jimenez Abre Caminho Para a Democracia na Venezuela



JESUS FARIA

O povo brasileiro recebeu com imenso júbilo a notícia transmitida no dia 23 pelas agências telegráficas: havia terminado para a Venezuela o negro período da ditadura Jiménez. Após grandiosas manifestações e combates de rua, em que derramaram o seu sangue centenas de patriotas, o odiado ditador se viu for-

gado a entregar o poder e fugir da terra de Bolívar, que conspurcava durante tantos anos.

Não podemos ainda, no momento em que encerramos esta edição, avaliar o caráter da junta militar, que assumiu o poder. O que parece certo é que a queda de Jiménez abre para o povo venezuelano o caminho da conquista de amplas liberdades democráticas, e de melhores condições para alcançar a almejada emancipação do jugo explorador dos trustes imperialistas, que saqueiam o seu rico subsolo.

As notícias procedentes da Venezuela voltam a atenção da opinião democrática da América Latina para o destino dos presos e exilados políticos daquele país. Não são admissíveis dilações na libertação de Jesus Faria, o bravo líder operário cruelmente encarcerado já há sete anos, e de numerosos outros combatentes de várias correntes políticas. Aguardam os democratas da América Latina o livre regresso à sua pátria de centenas de exilados venezuelanos, entre os quais figuras eminentes, como Romulo Gallegos e Romulo Bettencourt.

Que o povo venezuelano tenha êxito em sua luta pela democracia e pela libertação nacional — êstes são os votos ardentes de milhões de brasileiros.

Ação Arbitrária do Governo Contra Os Grevistas da Marinha Mercante

Leia na 9ª página

neste número

- ☆ Uma Reivindicação Que Une Os Interesses Do Povo Brasileiro A Causa Da Paz Mundial — EDITORIAL (3a. PÁGINA)
- ☆ Grosseira Chantagem Imperialista Na Questão Do Petróleo Boliviano Comentário político (3a. PÁGINA)
- ☆ Avoluma-se o Poderoso Movimento Pelas Relações com o Mundo Socialista REPORTAGEM (PÁGINA CENTRAL)
- ☆ Inicia-se A Campanha Pela Revisão Do Salário Mínimo COMENTÁRIO (PÁGINA CENTRAL)
- ☆ A Juventude Paulista Estuda, Trabalha E Luta Por Uma Vida Melhor REPORTAGEM DE MOACIR LONGO
- ☆ Uma Vez Mais Sobre o Terminal Oceânico, a Petrobrás e a Companhia Docas De Santos ARTIGO DE ARLINDO ALVES LUCENA
- ☆ Um Ano Amargo Para o Imperialismo ARTIGO DE E. VARGA

VOZ OPERÁRIA

N. 451 ★ RIO DE JANEIRO, 25 DE JANEIRO DE 1958



Пролетарии всех стран, соединяйтесь!

Коммунистическая партия Советского Союза



ПРАВДА

Орган Центрального Комитета Коммунистической партии Советского Союза

Год издания 46-й
№ 13 (14407)

Понедельник, 13 января 1958 года

ЦЕНА 20 КОП.

Его Превосходительству господину Юсуллино Кубичек де ОЛМЕНРА
Президенту Соединённых Штатов Бразилии

РИО-ДЕ-ЖАНЕЙРО

Ваше письмо к Советскому Союзу, разрешите, господин Президент, поздравить Юсуллино Кубичек и выразить благодарность за участие в праздновании в этот год.

В условиях, созданных правительством Бразилии, мы рады, чтобы вы могли жить, обогатить семью, наслаждаться жизнью, и думать об отечестве, думать о своём будущем и о будущем своих детей. Этого и ждёт добрый друг и товарищ Юсуллино Кубичек, выходящий на работу, чтобы обеспечить материальную помощь своим на основе принципов явного сотрудничества, получивших своё первое международное признание.

И мы все искренно уверены в том, что Юсуллино Кубичек внесёт свой вклад в дружбу между народами, внесёт свой личный вклад в экономическое развитие государства, способствуя на осуществление этой благородной цели, отягощённой тяжёлым грузом.

К. ВОРОШИЛОВ
Н. ХРУЩЁВ
И. БУЛГАНИН

Москва, Кремль, 31 декабря 1957 года.

Его Превосходительству господину К. ВОРОШИЛОВУ

Его Превосходительству господину Н. ХРУЩЁВУ

Его Превосходительству господину Н. БУЛГАНИНУ

МОСКВА

Мы доставили удовольствие поздравить и в свою очередь ответить Юсуллино Кубичек, выходящему на работу, и выразить благодарность за участие в праздновании в этот год.

Нам особенно приятно слова, с которыми Юсуллино Кубичек обратился к Бразилии, что свидетельствует о международной дружбе и солидарности и укрепляет уверенность в том, что Юсуллино Кубичек внесёт свой личный вклад в экономическое развитие государства, способствуя на осуществление этой благородной цели, отягощённой тяжёлым грузом.

ЮСУЛЛИНО КУБИЧЕК
Президент Республики

Из Рио-де-Жанейра, 10 января 1958 года.

INTERCÂMBIO BRASIL-U.R.S.S. — Em sua edição de 13 do corrente, o jornal "Pravda", de Moscou, publicou no alto da primeira página, onde habitualmente divulga documentos dessa natureza, os textos dos telegramas trocados entre os dirigentes soviéticos K. Vorochilov, N. Bulgânin e N. Kruschiov e o presidente Juscelino Kubitschek. O telegrama de Moscou está datado de 31 de dezembro, enquanto a resposta de JK leva a data de 10 do corrente, demora que, como é do domínio público, se deveu a "gaffe" cometida pelo Itamarati, em tempo desfeita pelo presidente. Na gravura, abaixo do título do jornal soviético, os textos das mensagens na ordem em que foram enviadas.

O BRASIL PRECISA DE UMA NOVA ABERTURA DOS SEUS PORTOS
(LEIA NA PÁGINA CENTRAL O RELATO HISTÓRICO DOS CÉLEBRES ACONTECIMENTOS DO ANO DE 1808)

APOIO AO CONGRESSO PELO DESARMAMENTO E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Uma das principais resoluções da Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, recentemente realizada no Cairo, foi a de apoiar o «Congresso Mundial pelo Desarmamento e a Cooperação Internacional» convocado pela última reunião do Birô do Conselho Mundial da Paz, para o fim do primeiro semestre do ano corrente. A preparação da participação dos países da Ásia e da África a esse Congresso será assim uma das mais importantes tarefas imediatas do «Secretariado Permanente» criado pela Conferência Afro-Asiática, e que terá sua sede no Cairo. Dêle participarão representantes do Camerun, Ghana e Sudão, pela África; e da Índia, República Popular da China, Indonésia, Iraque, Japão, Síria e União Soviética, pela Ásia.

A Conferência Afro-Asiática decidiu também cooperar para o êxito da 4ª Conferência Mundial contra as Bombas Atômicas e de Hidrogênio e pelo Desarmamento, a realizar-se no Japão por ocasião do aniversário do bombardeio de Hiroshima.

A Conferência dirigiu um apelo aos governos dos Estados Unidos e da Grã Bretanha, conclamando-os, de acordo com proposta já feita pelo governo da União Soviética, à paralisação imediata e incondicional de todas as experiências, com um primeiro passo para a interdição completa da fabricação, do armazenamento e da utilização das armas de destruição em massa, assim como um passo para o desarmamento universal. Um apelo com o mesmo objetivo foi dirigido a todos os sábios do mundo.

Vemos assim que a Conferência de Solidariedade Afro-Asiática constituiu esplêndido reforço para o Movimento Mundial da Paz e para as iniciativas anunciadas para... 1958 pelo Conselho Mundial da Paz. Esta grande organização internacional participou, especialmente convidada, da reunião do Cairo, e seu presidente, Frederic Joliot-

Curie, enviou a mesma importante mensagem.

A Conferência de Solidariedade Afro-Asiática é o coroamento de um movimento iniciado há mais de dois anos com a criação dos três primeiros «comitês de solidariedade afro-asiática», na Índia no Japão e na República Popular da China. As organizações do Movimento da Paz nesses países deram-lhes desde o início apoio e ajudaram a impulsioná-lo, embora os dois movimentos não se possam confundir, pois o movimento de solidariedade afro-asiática é um movimento regional anti-colonialista e pela paz com características ligadas às condições específicas das nações afro-asiáticas, ao passo que o movimento da paz é um movimento de caráter mundial. No entanto torna-se cada vez mais clara a íntima ligação entre o movimento da paz e a luta dos povos por sua independência

nacional, pois, como proclamou a reunião de Colombo, «não existirá paz verdadeira enquanto as aspirações dos povos à independência forem freadas pela força», e «todo esforço para satisfazer o direito dos povos à independência econômica e política é uma contribuição direta à causa da paz». Essa ligação íntima explica a participação no movimento de solidariedade afro-asiática de eminentes dirigentes do movimento da paz da Índia, do Japão e de outros países da região.

O apoio da Conferência Afro-Asiática ao Congresso Mundial convocado para daqui a seis meses pelo Conselho Mundial da Paz constitui assim uma sólida garantia de êxito dessa importante iniciativa, e deve servir de estímulo aos partidários da paz no Brasil para os trabalhos de preparação da participação de nosso país na mesma.

A LUTA PELA PAZ NA ALEMANHA OCIDENTAL

O Comitê de Paz da República Federal Alemã, que tem sede em Dusseldorf, na Alemanha Ocidental, lançou publicamente, a 9 de dezembro, um documento impressionante, e que torna mais claras as razões das vacilações do primeiro ministro Adenauer durante a última sessão da OTAN: o «Livro Azul da Resistência contra o Armamento Atômico na República Federal Alemã».

Constituiu esse «Livro Azul» séria advertência à delegação alemã à OTAN, lembrando-lhe que qualquer decisão aceitando o armamento atômico do país encontraria forte oposição de parte do povo da Alemanha Ocidental.

O «livro azul» contém várias centenas de declarações, resoluções e apelos feitos entre Abril e Novembro do ano corrente, pela opinião pública da Alemanha Ocidental, contra o armamento atômico e

a estocagem de armas nucleares e foguetes no território do país.

O livro azul começa por transcrever o Apelo dos 18 pesquisadores atômicos alemães, publicado em 12 de abril de 1957, e subscrito por Otto Hahn, um dos descobridores da fissão do urânio, Heisenberg, Max Born, Laue, e outros cientistas de renome mundial. Seguem-se um segundo manifesto, assinado por mais de 200 intelectuais, e a «Carta aberta dos Sábios, Escritores e Artistas Alemães ao Chanceler Adenauer», que teve também grande repercussão.

A seção VI do livro azul mostra uma série de expressivas tomadas de posição de igrejas protestantes e de personalidades eclesásticas. Outros documentos comprovam a contínua e ampla atuação do movimento da paz da Alemanha Ocidental.

Os Prêmios Lênin de Paz de 56

OS PRÊMIOS Lênin «pela promoção da paz entre as nações», que são anualmente concedidos pelo governo da URSS, acabam de ser adjudicados a um grupo de eminentes personalidades de diversos países. Os prêmios correspondem ao ano de 1956.

Os laureados foram os seguintes:



NIKOLAI TIKONOV — poeta soviético, presidente do Comitê Soviético da Paz.



EMMANUEL D'ASTIER DE LA VIGERIE — jornalista e parlamentar francês, um dos vice-presidentes do Conselho Mundial da Paz, do qual foi um dos fundadores, ao lado de Frederic Joliot Curie.



DANILO DOLCI — escritor italiano, participante ativo das lutas pela paz em seu país.



MARIA ROSA OLIVER — escritora argentina, bastante conhecida no Brasil e nos demais países da América Latina, como dirigente do movimento dos partidários da paz. Maria Rosa Oliver é membro do Birô do Conselho Mundial da Paz.



UDAYKANDAVAL SARANAM KARA THERO — monje budista do Ceilão, e dirigente do movimento da paz neste país. Em 1937 Saranamkara ofereceu-se para ir como voluntário à região das ilhas Christmas, como protesto contra as experiências com bombas de hidrogênio anunciadas pelo governo inglês, fato este que causou furta impressão em todo o mundo.



CHANDRASEKHARA VENKATA RAMAN — notável cientista indiano, conhecido por seus trabalhos no domínio da física especialmente da ótica, descobridor do «efeito Raman». O sábio indiano tem recentemente protestado contra a aplicação das conquistas da ciência para fins de guerra e destruição.

Crônica Internacional

A VIAGEM DE SUKARNO

A excursão que está sendo realizada neste momento pelo presidente Sukarno tem como objetivo o reforçamento da luta do povo da Indonésia por sua completa independência nacional, através da intensificação da solidariedade dos governos e povos dos países afro-asiáticos e dos países socialistas. O noticiário sobre essa viagem constitui cabal desmentido à onda de boatos sobre a posição de Sukarno, desencadeada pelo imperialismo em dezembro último.

Como todos se recordam, as agências telegráficas, logo após a ocupação das empresas e plantações holandesas pelo governo indonésio, divulgaram informações mentirosas, segundo as quais o presidente teria sido deposto «por um golpe comunista». O boato foi prontamente desmentido pelo próprio Sukarno que esclareceu tratar-se de simples intriga da rádio de Amsterdam.

As agências imperialistas noticiaram então que Sukarno iria ausentar-se do país por tempo indeterminado, a fim de tratar-se de uma «surmenage» que o impedia de continuar à testa do governo. Verifica-se agora que Sukarno continua firme à frente de seu povo, e que, em lugar de entregar-se ao anunciado repouso, desenvolve intensa atividade em sua viagem.

Atendendo a um apelo do próprio Sukarno e das principais forças políticas progressistas do país, o governo e o povo da Indonésia estão mantendo especial vigilância para impedir que os imperialistas e seus agentes procurem utilizar a ausência do presidente para tentar novos golpes e provocações. O secretário geral do Partido Comunista da Indonésia, D. N. Aidit, protestou energicamente contra as calúnias espalhadas pelo presidente do Partido Socialista Indonésio, segundo as quais o Partido Comunista tentaria apoderar-se do poder durante a ausência de Sukarno. «O povo indonésio sabe muito bem», disse Aidit, «que o Partido Comunista apoia o atual gabinete, e que não pretende conquistar o poder senão através do Parlamento».

A viagem de Sukarno durará seis semanas, durante as quais visitará vários países amigos, entrando em entendimentos com seus governos. A 7 de janeiro o presidente da Indonésia chegou a Nova Delhi, sendo calorosamente recebido por Nehru, o qual reafirmou o apoio da Índia à reivindicação indonésia relativa à recuperação

do Irian (Nova Guiné) Ocidental e aos esforços do povo indonésio por sua emancipação econômica. Durante a estadia na Índia, Sukarno entrevistou-se com o primeiro ministro inglês Mac Millan, na residência de Nehru.

Da Índia dirigiu-se Sukarno ao Egito, onde teve recepção triunfal. O ponto seguinte de sua excursão foi Belgrado, onde manteve conversações com o marechal Tito, subscrevendo com este um apelo em favor do desarmamento. A 19 do corrente era Sukarno recebido festivamente em Damasco por cinquenta mil manifestantes sírios, que transportavam cartazes com inscrições contra o imperialismo holandês e de apoio à Indonésia.

Nos diversos países que visita, Sukarno está firmando acordos de ajuda econômica ao povo indonésio. A União Soviética acaba de conceder para este fim um crédito equivalente a cem milhões de dólares. O governo da Indonésia anunciou também que irá adquirir as armas necessárias à defesa do país, tanto nos países socialistas como em outros países amigos, do bloco afro-asiático, repelindo assim as injunções e «conselhos» do governo dos Estados Unidos. Enquanto isso, prossegue a ocupação das empresas holandesas, em todas as regiões do país.

A atitude norte-americana, de solidariedade mal disfarçada ao imperialismo holandês, acaba de ser desmascarada em Djakarta com a revelação de que os monopólios petrolíferos dos Estados Unidos detêm cerca de 60% das ações da «Dutch New Guinea Petroleum Co.», que explora, com exclusividade, o petróleo do Irian Ocidental. Além disso, os Estados Unidos pretendem instalar no Irian Ocidental, dentro dos quadros da SEATO (Organização do Tratado do Sudoeste da Ásia) bases de projéteis teleguiados, e já iniciaram a exploração das jazidas de urânio descobertas nessa região. No entanto, apesar desse apoio norte-americano ao imperialismo holandês, o governo e o povo da Indonésia, graças à unidade das forças progressistas do país, estão consolidando as vitórias recentemente obtidas. A viagem de Sukarno, contrariamente aos boatos ensaiados pelo imperialismo, é uma expressão dessa unidade, e reveste-se de extraordinária importância.



HEINRICH BRANDWEINER — professor austriaco de Direito Internacional e Eclesiástico, na Universidade de Graz, e ativo dirigente do movimento dos partidários da paz na Áustria. A decisão sobre os laureados dos Prêmios Lênin da Paz foi tomada por um Juri composto de Dimitri Skobeltzyn, Kuo Mo Jo, Louis Aragon, Alexandrov, John Bernal, Jan Dembowski, Anna Seghers, Pablo Neruda, Mihail Sadoveanu, Sahib Singh e Ilja Ehrenburg.

Esclareça-se lendo



do eminente jornalista

OLIMPIO GUILHERME

Um lançamento da

Ed. VITÓRIA Ltda.

Rua Juan Pablo Duarte N.º 50, sob.

Rio de Janeiro

A VENDA NAS BOAS LIVRARIAS

PEÇA HOJE MESMO!

ATENDEMOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL.

UMA REIVINDICAÇÃO QUE UNE OS INTERESSES DO POVO BRASILEIRO À CAUSA DA PAZ MUNDIAL

O presidium do Comitê Central do PCB vem de lançar uma nota «Sobre a luta pela paz e a modificação da política externa do país». Depois de destacar que a luta pela salvaguarda da causa da paz é, no momento atual, a principal tarefa da classe operária no mundo inteiro, afirma a nota do presidium: «Em nosso país, diante da classe operária coloca-se o dever precioso de contribuir com todas as suas forças para unir e mobilizar o povo brasileiro na luta pela paz. Na atual conjuntura, o desejo de paz do povo brasileiro se manifesta através da exigência de modificações na política externa do governo da República. A maior contribuição que o povo brasileiro pode dar à causa da paz mundial é conseguir que o Brasil realize uma política exterior independente e consentânea com os interesses nacionais, orientada firmemente no sentido da defesa da paz, da afirmação da soberania nacional e de relações amistosas com todos os povos».

A postulação nestes termos da luta pela paz em nosso país descortina uma perspectiva de ampla atuação não só para os comunistas, como para todos os brasileiros, que se empenham na causa da emancipação nacional e compreendem a vinculação desta com a conquista de uma gradativa distensão e de um clima de entendimento pacífico na esfera das relações internacionais.

A possibilidade, que hoje existe, de modificar a política externa do governo num sentido de independência e de paz não é acidental, mas o resultado lógico do ascenso das lutas do povo brasileiro, do nível mais elevado que essas lutas atingiram, do fortalecimento do proletariado e das correntes nacionalistas, da consciência política anticolonialista generalizada no seio das massas. Todos estes fatores estão condicionados — como é intrinsecamente natural — por acontecimentos internacionais decisivos, como os formidáveis êxitos dos países socialistas, com a União Soviética à frente e do movimento de libertação nacional no mundo inteiro. Todos estes fatores tornam possível e viável a conquista de modificações na política externa do país, nos quadros da legalidade democrática e nas condições do regime vigente. Esta é a forma mais efetiva de luta pela paz, que se apresenta ao povo brasileiro no momento presente.

Referindo-se à conjuntura específica que atravessamos, esclarece a nota do presidium do Partido: «Na luta por uma política externa independente, tem uma importância decisiva no momento o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e os demais países do campo socialista».

O debate em torno do estabelecimento dessas relações vem ocupando o centro da vida política do país.

Trata-se de um debate que já vem de muito tempo, não sendo pois, a primeira vez que o assunto provoca manifestações. É indiscutível, porém, que adquiriu agora características bastante distintas, que lhe dão uma importância excepcional.

A questão do restabelecimento de relações com a União Soviética e outros países socialistas não só passou para a manchete dos jornais, como vem obrigando a que se pronunciem todas as personalidades responsáveis, quer dos partidos políticos como do próprio governo. Em torno do assunto verifica-se uma verdadeira polarização, que

se patenteia de modo particularmente nítido nas próprias esferas governamentais. Pode-se dizer, assim, que a reivindicação de relações com o mundo socialista deixou de ser restrita a este ou aquele círculo de interesses econômicos ou políticos e se tornou eminentemente nacional.

Esta extraordinária amplitude nos pronunciamentos não é ocasional no momento presente. Ela deriva das crescentes e graves dificuldades do nosso país no comércio exterior e na balança de pagamentos. Tais dificuldades resultam da contradição cada vez mais aguda entre um processo interno de desenvolvimento das forças produtivas e a dependência em que ainda se encontra a economia brasileira com relação à principal potência imperialista, os Estados Unidos.

Por outro lado, tiveram uma influência decisiva no levantamento da questão os grandiosos êxitos dos países do campo socialista e, em primeiro lugar, da URSS. Os dois satélites de criação exclusiva do gênio humano, que decolaram do solo soviético para os espaços siderais, não podiam deixar de exercer a sua benéfica influência também sobre o Brasil.

Diante de fatores dessa ordem, percebe-se facilmente que a questão da normalização de nossas relações com todos os países socialistas não tem importância transitória, mas permanente e que não sairá dos primeiros lugares da ordem do dia dos assuntos políticos enquanto não lhe der o governo a solução positiva reclamada pela maioria esmagadora da nação.

Viu-se como o debate, que a questão suscitou, conduziu a um reagrupamento de entreguistas e ultra-reacionários, que desesperadamente tenta conservar um intolerável statu quo. Este agrupamento de entreguistas mais empedernidos e ultra-reacionários ainda pode influir no ânimo de elementos nacionalistas vacilantes do governo e impedir o adiantamento da solução positiva, para a qual se mostram francamente inclinados numerosas figuras destacadas do próprio governo.

É indiscutível, porém, que a posição dos entreguistas mais empedernidos é de defesa e é inevitável que sejam obrigados a fazer concessões, uma vez que contra eles se volta a mais ampla frente de forças econômicas e políticas, que jamais se formou em nosso país.

No restabelecimento estão vivamente interessadas as massas populares, com o proletariado à frente, penetradas de incontestável simpatia pelos países socialistas, estão interessadas todas as correntes do movimento nacionalista, cujas posições tendem a se fortalecer neste ano eleitoral, e estão interessados os círculos mais conservadores da indústria, do comércio e da lavoura, que buscam soluções imediatas para suas dificuldades econômicas e, por isto não se intimidam com a gasta chantagem de uma suposta ameaça do comunismo».

O estabelecimento de relações com a União Soviética, a China Popular e os demais países socialistas será uma vitória de grande alcance do povo brasileiro e uma contribuição concreta à causa da paz mundial. Empenhar-se para conquistar esta vitória, que as condições atuais propiciam, é um dever de todos os patriotas independentemente da sua posição social ou filiação política. É um dever que, estamos certos, será cumprido.

Comentário Político

GROSSEIRA CHANTAGEM IMPERIALISTA NA QUESTÃO DO PETRÓLEO BOLIVIANO

Diante do encontro em Corumbá, entre os chanceleres Macedo Soares e Manoel Barrau Pelaez, para debater a chamada questão do petróleo entre o Brasil e a Bolívia, recrudescer a campanha de imprensa estipendiada pelos grupos interessados na exploração das áreas petrolíferas que teriam sido concedidas ao Brasil por um tratado em 1938.

Exigem tais jornais uma atitude «firme» do governo brasileiro, em defesa dos «direitos» de nosso país, que estariam sendo desrespeitados pelo governo boliviano. Torcendo os fatos, afirmando a existência de concessões que não constam dos tratados firmados entre os dois países, tal imprensa tudo tem feito para obter o apoio da opinião pública brasileira em favor das pretensões dos grupos interessados e para levar o governo a extremar-se na posição em que se tem colocado, incompatível com os profundos laços de amizade que unem os dois povos irmãos.

Ainda que anteriores governos bolivianos houvessem pactuado concessões de áreas petrolíferas ao Brasil (o que não ocorreu), a Bolívia poderia legitimamente, e em qualquer tempo, revogar tais concessões, usando de um direito de soberania consagrado universalmente, consignado na Carta das Nações Unidas e que foi o resultado de lutas seculares entre os povos oprimidos e as potências imperialistas. Esta é a questão de princípio, que está no fundo da discussão, e que vem sendo escamoteada pelos escribas da imprensa alugada, a fim de induzir em erro a opinião democrática brasileira.

Como consequência das heróicas lutas de libertação dos povos oprimidos pelos imperialistas, constitui hoje norma pacífica de direito internacional que qualquer concessão a estados ou particulares estrangeiros pode ser soberaneamente revogada mediante indenização a ser fixada através de negociações ou arbitrariamente. Se o governo de Mossadegh não houvesse sido derrubado por um golpe interno, patrocinado pelos imperialistas, a revogação das concessões de Abadan teria sido resolvida mediante a fixação da indenização devida aos ingleses, o que já estava sendo feito pela Corte Internacional de Haya. O governo Nasser revogou a concessão do canal do Suez e pagará aos antigos acionistas a indenização devida. Se amanhã um governo independente na Venezuela revogar as concessões de petróleo que escravizavam aquele país nenhum outro direito a não ser a respectiva indenização, caberá aos trustes concessionários. E quando um governo patriótico e democrático em nosso país deliberar soberanamente a revogação das concessões de energia elétrica da «Light» e da «Bond &

Share» não caberá aos respectivos acionistas se não discutir o montante da indenização.

Levar o governo brasileiro a exigir a manutenção de quaisquer compromissos envolvendo concessões em território boliviano significa, nesta altura do desenvolvimento histórico, fazer o Brasil apegar-se a normas caducas, que os países colonialistas sustentaram longo tempo com o apoio dos canhões e dos fusileiros navais, mas que foram afinal forçados a abandonar ante o vigor crescente das lutas emancipadoras que afirmaram o princípio da soberania absoluta em matéria de concessões internacionais.

Mas o que torna mais precária, e mesmo ridícula, a posição do governo brasileiro é que jamais lhe foi outorgada qualquer concessão petrolífera pelo Estado boliviano. Não está nem mesmo em condições de pleitear uma indenização decorrente de um soberano cancelamento de concessões por parte de governo estrangeiro.

A princípio os jornais empenhados na campanha pro-

clamaram que a concessão nos fora dada em pagamento da construção da Estrada de Ferro Corumbá-Saltina Cruz, feita pelo Brasil. A mentira grosseira foi desmascarada: o nosso governo construiu a Estrada em pagamento do restante de nossa dívida para com a Bolívia decorrente da cessão do Território do Acre ao Brasil, pagamento que os bolivianos esperaram pacientemente desde 1903 (Tratado de 17 de novembro de 1903).

Basia a leitura do texto do chamado Tratado Ferroviário (Diário de Notícias de 19 de corrente) para verificar que a Bolívia se obrigou a pagar ao Brasil, em dinheiro ou em produtos de petróleo, no prazo de 20 anos, o que o nosso país gastasse a mais na construção da estrada (a nossa dívida era de um milhão de libras ouro). Não há qualquer referência a concessão de áreas petrolíferas no Tratado Ferroviário.

Em virtude de outro Tratado (Sobre a Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano) também publicado na íntegra no mesmo número do «Diário de Notícias», o Brasil pactuou com a Bolívia ajudá-la nas pesquisas e sondagens de petróleo na zona sub-andina obrigando-se a empregar a quantia de 750.000 dólares. Como compensação, a Bolívia se comprometia a entregar a exploração do petróleo, naquela região, a companhias mistas brasileiro-bolivianas às quais caberia indenizar o governo brasileiro de seus 750.000 dólares contados os juros de 3,5% ao ano.

O Brasil, entretanto 20 anos passados, não entrou com os seus dólares. Não cumpriu a sua obrigação e consequentemente não pode exigir que a outra parte cumpra a sua, ou seja, entregue a grupos brasileiro-bolivianos a exploração da área.

O povo brasileiro que luta pela emancipação de sua terra do domínio imperialista, não concorda com qualquer coação do governo sobre o país irmão. Questões como esta do petróleo boliviano só servem e são alimentadas, precisamente pela imprensa e grupos ligados aos trustes petrolíferos, para tentar impedir a união dos povos latino-americanos em sua luta contra o opressor comum, o imperialismo yanque. O nosso povo lutou bravamente pelo monopólio estatal de petróleo, através da Petrobrás, para que os grupos privados «brasileiros» não servissem de testa de ferro a imperialistas da «Standard» e da «Shell». Bem sabem os brasileiros que o grupo Capuava (principal interessado na área boliviana) está ligado ao grupo Mellon e que seria indigno de nossa luta libertária tentar impor aos bolivianos aquilo que aqui reprovamos, ou seja, a entrega da exploração do petróleo às agências dos trustes imperialistas.

Os patriotas e nacionalistas brasileiros têm grande responsabilidade na árdua luta pela independência nacional dos povos latino-americanos. Cabe-lhes denunciar com vigor a grosseira chantagem armada pelos agentes dos trustes, não somente contra a soberania e os direitos do povo boliviano mas também visando o conjunto e a unidade do movimento de emancipação dos povos da América Latina.

REALIZADOR DE UMA OBRA ÚTIL À FORMAÇÃO NACIONAL

Com o falecimento do marechal Rondon perde o Brasil um grande filho, cuja vida dedicada à defesa intransigente dos direitos dos selvícolas brasileiros o impôs ao respeito e à admiração dos humanistas e democratas de todo o mundo, tendo sido a sua candidatura ao Prêmio Nobel da Paz apoiada por entidades de vários países.

O extermínio das nações «pele-vermelhas» pelos colonizadores ingleses da América do Norte, os massacres do México, Peru e demais colônias espanholas, a caça sistemática dos índios do Brasil pelos portugueses, constituíram-se em crimes horrendos da história da civilização, pesado tributo pago pela humanidade ao progresso decorrente dos grandes descobrimentos.

Quando o militar e sertanista Rondon, no começo do século, foi incumbido de estender as primeiras linhas telegráficas no alto sertão nordestino, ainda os nossos selvícolas eram caçados e expulsos de suas glebas pelos aventureiros do sertão que utilizavam processos mais modernos mas não muito diversos dos empregados pelos primeiros portugueses colonizadores.

Descendente de índios e ideologicamente fiel aos postulados positivistas dos principais fundadores da República, da qual tinha sido ardente propagandista, foi Rondon o principal artífice do Serviço de Proteção aos Índios a que dedicou o melhor de sua atividade. Sob o lema «Morrer se preciso, matar nunca» formou uma equipe de sertanistas que procura continuar a sua obra, em luta constante contra os aventureiros de todo o tipo que através do imenso interior invade e se apossa das terras dos índios.

É indiscutível que na formação da nação brasileira a obra de Cândido Mariano da Silva Rondon ficará como um marco. Foi inestimável a sua contribuição para que as tribus indígenas sobreviventes fossem salvas da destruição e tivessem a possibilidade de se organizar de maneira civilizada, com o respeito aos seus direitos.

Ao nome do marechal Rondon ficará associada a permanente gratidão do povo brasileiro.

COMUNISTAS POLONESES E ARGENTINOS

SAUDAM PRESTES

Continuam a chegar de partidos comunistas irmãos mensagens de felicitações por motivo do transcurso do 60º aniversário do camarada Luiz Carlos Prestes. Em nosso número anterior, publicamos a mensagem do PC de Israel. Damos a seguir o texto das mensagens procedentes da Polónia e da Argentina.

DO PARTIDO OPERÁRIO UNIFICADO POLONÊS

«Por ocasião do 60º aniversário do vosso nascimento, nós vos transmitimos, querido camarada Prestes, os mais sinceros votos de longos anos de saúde e de trabalho para o

bem das massas trabalhadoras brasileiras e para a causa comum do socialismo e da paz. O Comitê Central do P.O.U.P. Varsóvia, 28 de dezembro de 1957».

DO PARTIDO COMUNISTA DA ARGENTINA

«Querido camarada Prestes: O Comitê Central ampliado do nosso Partido, reunido nesta data para ouvir, o informe da delegação enviada aos festejos do 40º aniversário da gloriosa revolução russa, envia suas mais calorosas felicitações por motivo do seu 60º aniversário. É você um dos filhos mais eminentes do nobre povo brasileiro

ro e seu desacado líder, que consagrou sua vida à luta pela felicidade da classe operária e do povo, pela independência nacional do Brasil, pela democracia, o socialismo e a paz. Fazemos-lhe chegar votos de longa vida para o bem do Partido Comunista irmão, da classe operária, do povo e da nação brasileira. O Comitê Central do PCA».

Não foi Detida a Marcha Ascendente da Carestia.

OS HABITUAIS discursos de fim de ano do presidente da República, ministro da Fazenda e outras autoridades federais, trouxeram às colunas da imprensa os debates sobre o aumento do custo da vida no Distrito Federal e em todo o país.

Os discursos e entrevistas oficiais, bem como a imprensa que apoia incondicionalmente ao governo, foram unânimes em pintar as coisas cor de rosa, exagerando indevidamente os pequenos e limitados êxitos realmente alcançados no combate à espiral inflacionista dos preços. Por outro lado, aqueles que têm interesses duvidosos no total descrito do governo perante as massas, porque estão a serviço dos golpistas e entreguistas, exageraram pelo avesso, pintando o problema com cores excessivamente negras. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra.

É verdade que o custo de vida continua a subir, aumentando naturalmente as dificuldades que enfrenta a maioria da população. Entretanto, também é verdade que, neste último ano, o ritmo de crescimento do custo de vida foi inferior ao ritmo verificado em anos precedentes. Difícil,

porém, chegar-se a uma conclusão global sobre o assunto, em face da contradição existente entre os dados estatísticos sobre o custo da vida utilizados pelo governo e os fornecidos por organizações como a Fundação Getúlio Vargas e a Comissão Coordenadora de Preços.

CONTINUA A SUBIR O CUSTO DE VIDA

Inegável é que o custo de vida continua a subir. Este é um fenômeno que se observa em todo o país, com os matizes próprios a cada Estado, conforme as condições específicas que existam em cada um delas. Se o ritmo desse crescimento foi, em 1957, algo menor do que nos anos anteriores — o que é verdade, — nem por isso o crescimento deixou de se verificar em proporção bastante sensível.

O quadro abaixo apresenta as taxas de crescimento do custo da vida em algumas capitais do país, permitindo constatar que, em nenhuma das capitais citadas, aquela taxa foi inferior a 15 por cento.

AUMENTO DO CUSTO DE VIDA	
Manaus	20,22%
Rio Branco	25,29%
Boa Vista	30,23%
Recife	20,91%
Natal	20,60%
S. Luiz	19,15%
Salvador	19,72%
Aracaju	16,80%
Vitória	25,45%
Florianópolis	17,82%
Goiania	19,45%

Um tema que suscita controvérsias entre Governo e Oposição — Diminuiu o ritmo de ascenso dos preços, mas o ascenso continua — A luta contra a carestia não pode cessar

Enquanto isto, o ministro da Fazenda, sr. José Maria Alkmin, apresenta quadro bem mais otimista, onde se encontram as taxas de aumento dos preços em geral, e dos preços dos alimentos em algumas capitais do país, nos anos de 1956 e 1957. Há, a nosso ver, evidente exagero para menos, nas taxas referentes ao ano passado.

Damos abaixo o quadro apresentado pelo ministro da Fazenda com as taxas de aumento dos preços, nos dois últimos anos:

Local	1956		1957	
	alimen- tação	geral	alimen- tação	geral
São Paulo	24%	27%	2%	5%
Rio de Janeiro	24	30	5	6
Recife	32	32	11	8
B. Horizonte	29	30	16	8
Salvador	35	34	0	0
Porto Alegre	26	30	4	2

O ASCENSO PROSEGUIU

De qualquer maneira, o que não se pode negar de forma alguma é que o custo da vida vem subindo sistematicamente, em que pesem as constantes medidas anunciadas pelo governo, visando a contenção dos preços. Mesmo levando-se em conta a precariedade dos elementos estatísticos a respeito, salta à vista que as taxas desse crescimento têm sido elevadas e refletem bem a gravidade do problema, que está a exigir medidas real-

mente efetivas do governo na defesa dos interesses do povo. Em 1952, o custo da vida aumentou em 16,4%, em relação a 1951; em 1953, o aumento foi de 16,4% em relação ao ano de 1952; em 1954 a percentagem de aumento foi de 24,1% sobre o ano anterior; em 1955, 19%; 1956, 20,3%; 1957, 10%.

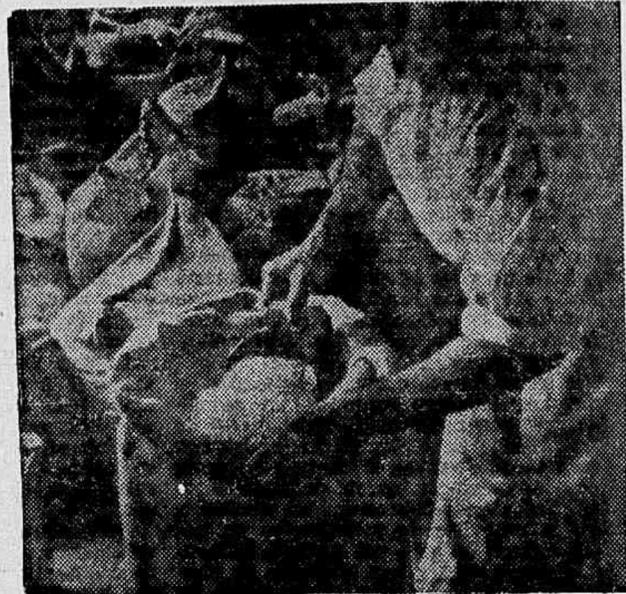
INTERMEDIÁRIO — UM GRANDE PROBLEMA

Baseando-se em dados da Fundação Getúlio Vargas, só podemos concluir que o co-

mercante intermediário continua a representar, em nosso país, um fator de maior agravamento do custo de vida. Segundo aquela organização de estudos econômicos, os preços por atacado (do produtor ao intermediário) sofreram certo declínio nos últimos meses de 1957, o mesmo se verificando com o custo da construção. Enquanto isto, o índice do custo da vida — alimento, ves-

NÃO PODE CESSAR A LUTA CONTRA A CARESTIA

A carestia da vida continua grave problema para as massas trabalhadoras e populares. Não admira, por conseguinte, que as lutas por aumento de salário estejam se multiplicando. Elas decorrem de razões objetivas, não são invenção artificial. Os trabalhadores não podem ficar de braços cruzados, enquanto o



Arroz, produto básico da alimentação do povo carioca, vem sofrendo constante aumento como os demais produtos de primeira necessidade.

Uma Vez Mais Sobre o Terminal Oceânico, A Petrobrás e a Cia. Docas de Santos

Arlindo Alves Lucena

A nação, e sobretudo o povo de Santos aguardam a solução que será dada pelo Sr. Juscelino Kubitschek ao problema da construção do Terminal Oceânico: se permitirá que esse empreendimento seja levado a efeito pela CDS, ou pela própria Petrobrás conforme esta reivindica desde 1954.

É bom que todos saibam — antes de tudo o Sr. Presidente da República — que a questão da construção do terminal não é um problema puramente técnico, mas de alta importância econômica e política. Aliás, a má fé e desonestidade com que a CDS vem se conduzindo nessa questão, assim como os expedientes escusos de que tem lançado mão nos diz bem da importância da construção do terminal fora do porto de Santos.

É público que a Petrobrás, para atender os seus interesses no abastecimento da Refinaria Presidente Bernardes, transferiu à CDS um crédito de 2,5 milhões de dólares afim de que esta construísse o terminal e, 3 anos depois, esse problema encontra-se sem a mínima solução. Em consequência dessa ação sabotadora dos Srs. Guinle & Irmãos, a Petrobrás está sofrendo um aumento de 8 centavos de dólares por barril de óleo transportado, ou seja 1 milhão de dólares por ano, já que, o caso da Docas não pode nem poderá permitir a operação de grandes petroleiros, através dos quais é possível realizar o transporte a baixo custo. Só com uma terminal em mar aberto — conforme quer a Petrobrás e já o teria construído não fora a sabotagem de Docas — pode-se operar com qualquer tipo de petroleiros sem grandes despesas de dragagem, despesas essas que Docas, no caso de conseguir seus propósitos, pretende transferir ao governo federal.

Se sabemos que os mesmos navios da Frota Nacional de Petroleiros que pagam Cr\$ 35.895,00 no porto de Ras Tanura (Arábia Saudita) são descarregados no porto de Santos a razão de Cr\$ 501.056,00, compreenderemos a razão da sabotagem de Docas e sua insólita insistência em querer que o terminal oceânico permaneça em suas dependências. O custo do barril de óleo cru, ao passar pelas instalações de Docas sofre um aumento de 10% no seu preço, que compreende produção, extração, embarque no porto de origem e transporte através de 8.400 milhas marítimas. E quem paga isto é o povo.

O extraordinário progresso da Refinaria Presidente Bernardes, — que tendo sido construída para refinar 45 mil barris diários, hoje está refinando 70 mil barris e que, em 1956, no valor de sua produção vendável atingiu 7 bilhões e 210 milhões de cruzeiros ultrapassando, assim, a de 1955, que foi de 3 bilhões e 580 milhões de cruzeiros —, não pode ficar sujeito aos azares do porto de Santos. Sabe-se que o mesmo no que se refere às instalações e cais para carga seca, Docas tem grandes deficiências e a prova disso são os navios cargueiros na fila, aguardando atracação, e a sobre-taxa cobrada dos portos dos EUA e Canadá para cargas destinadas a Santos a título de compensação pela demora da descarga. Por esse motivo, a Petrobrás arca com uma despesa de 300 mil dólares por ano, de taxa de sobreestadia, totalizando seu prejuízo, por culpa da CDS, em 1 milhão e 300 mil dólares anualmente. Além disso, a Refinaria Presidente Bernardes não pode ficar exposta ao risco de privar-se do movimento de importação e exportação que se processa pelo porto de Santos, caso venha a ocorrer, ali um acidente de grandes proporções. E não só a refinaria,

mas também e sobretudo a segurança do povo de Santos, requer que o terminal oceânico seja construído fora do porto, em mar aberto. A CDS não conta sequer com meios para debelar incêndios já que, para isto, sempre apelou para a cooperação de elementos e equipamentos que não lhe pertencem.

Os atuais serviços de descarga de combustíveis efetuados pela Docas não prejudicam apenas a Petrobrás, mas até aos banhistas, o que está a reclamar a ação imediata da Comissão Municipal de Turismo. Na impossibilidade de entrada no porto de petroleiros de grande calado, estes permanecem fora da barra e ali realizam o trabalho de baldeação para navios de pequena capacidade, emporcalhando a água e portanto os locais apropriados para banhos de mar.

Os srs. Guinle & Irmãos, que ainda acham pouco o fato de não contribuírem com um centavo de impostos, para a nação, pretendem agora que um patrimônio nacional como a Petrobrás seja sacrificada às suas insaciáveis ouzuras de dinheiro. Para isso tudo fazem, desde a sabotagem até a mentira. Espalham boatos através de seus gentes de que haverá desemprego no caso da Petrobrás construir seu terminal, esquecendo que o público sabe que cerca de 10 mil empregados que trabalham na CDS, apenas 150 se ocupam de descarga de combustíveis, além disso, nem todo o serviço da Petrobrás será retirado da Docas. Procuram atemorizar os usuários do porto com a ameaça de aumento das taxas em 40% caso o terminal não permaneça nas dependências do porto de Santos etc... Consta que esses senhores acompanharam o Presidente da República em sua viagem a Santos a 26 de janeiro.

Aliás, quando da anunciada visita do Sr. Juscelino Kubitschek a Santos, em novembro de 1957, sob pretexto de inaugurar armazéns da CDS, o petroleiro «Universe Leader» de 45 mil toneladas que estava no largo, foi conduzido para as dependências do cais, afim de impressionar o Presidente da República, com a grande capacidade de calado do porto de Santos. O Presidente da República não veio, e se vier e tentarem o mesmo embuste, o Sr. Juscelino Kubitschek deve observar que esse ou outro petroleiro de 45 mil toneladas estará vazio, navegando na superfície, pois o porto não tem capacidade para recebê-lo carregado. Que o digam os banhistas.

O povo de Santos, zeloso não só de sua segurança mas também dos interesses da Petrobrás, sobretudo de sua querida Refinaria Presidente Bernardes, aguarda que a decisão do Presidente Juscelino Kubitschek ponha ponto final nas pretensões dos Srs. Guinle & Irmãos, acionando-os pelos prejuízos causados a economia nacional, ordenando que a Petrobrás construa seu terminal em mar aberto e revogando a concessão federal que isenta a CDS de impostos. Tudo isso enquanto não procede à encampação da Docas a bem da economia do Estado de São Paulo e do Brasil.

Os nomes Guinle & Irmãos são sinônimos de imperialismo norte-americano e a Petrobrás, deve manter distância dessa gente.

Santos, 17 de janeiro de 1958

VOZ OPERÁRIA

SENSACIONAL!

O LIVRO NEGRO dos acordos de minerais atômicos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos

OLYMPIO GUILHERME

O Brasil e a Era Atômica

SEU LIVRO DOS ACORDOS DE MINERAIS ATÔMICOS FIRMADOS ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS

EM TODAS AS LIVRARIAS

UM ANO AMARGO PARA O IMPERIALISMO

NO TERRENO político, econômico e ideológico, 1957 foi um ano amargo para o imperialismo, sobretudo para o norte-americano.

Os discursos sobre a «prosperidade eterna» dos EE.UU. cessaram, diante do agravamento da situação econômica, no decorrer de todo o ano. A coisa foi tão rápida no último trimestre, que de novo souo a palavra terrível: slump. Até esse momento, Eisenhower vinha falando de um auge no progresso impetuoso; outros discorriam acerca de uma «ordenação sadia» de um «desenvolvimento lento» e de outras coisas semelhantes.

O capital monopolista dos EE.UU. tentou deter o desenvolvimento da crise econômica, aumentando as exportações e a venda a prazo de mercadorias de uso e de consumo. Mas a tentativa fracassou. Os compromissos foram-se afastando sistematicamente do volume de vendas. Aumentaram sem cessar os estoques de mercadorias nos armazéns dos fabricantes e dos vendedores por atacado ou a varejo, aumentando durante o ano em cinco bilhões de dólares aproximadamente. No quarto trimestre começou a depressão geral da produção. Na fundição de aço desceu a 70% a utilização das possibilidades produtivas.

Apesar disso, as declarações feitas para o público expressam um otimismo deliberado. Diz-se que em 1958 sobrevirá uma nova melhoria. No entanto os documentos destinados aos próprios capitalistas — por exemplo, os relatórios mensais dos grandes bancos, revelam o começo de uma nova crise econômica.

Já em agosto último as encomendas das indústrias de transformação reduziram-se de 400 milhões de dólares em relação a agosto de 1956. Na indústria de máquinas-ferramenta, meses não passaram de 473 milhões de dólares, enquanto que no mesmo período de 1956 se haviam elevado a 803 milhões. Em outubro de 1957, essas encomendas registraram o menor nível dos últimos 7 anos. Diariamente a imprensa noticia novas dispensas de operários. Os próprios capitalistas burgueses calculam que nos primeiros meses de 1958 o número de desempregados totais chegará a 5 milhões.

A extensão do desemprego e a redução das horas extraordinárias, melhor retribuídas, diminuem as rendas da classe operária, o que por sua vez contrai a procura de mercadorias de uso e consumo e fará piorar a situação.

O ano de 1957 foi também ruim para outros grandes países capitalistas. Como resultado dos fabulosos gastos na absurda guerra da Argélia, a França teve que desvalorizar o franco em 20%, o que ocorreu pela 5ª vez desde o fim da guerra.

A Inglaterra, a julgar pelos sintomas exteriores, conseguiu preservar sua moeda da desvalorização, porém ao preço de novas dívidas com os EE.UU., o Canadá e outros países. Haroldo Wilson, especialista financeiro do Partido Trabalhista, declarou em fins de outubro, no Parlamento, que a Inglaterra perdeu das reservas de ouro e dólares, se se excluírem os novos empréstimos obtidos: em 1955, 642 milhões de dólares; em 1956, 734 milhões; em 1957, 860 milhões. Sem os novos empréstimos, as citadas reservas ter-se-iam reduzido a catastrófica cifra de 500 milhões de dólares.

O poder aquisitivo da libra esterlina é apenas 37% em relação ao período de antes da guerra, segundo cálculo da imprensa inglesa. Uma das razões fundamentais da desvalorização da libra esterlina são os gastos militares impostos pela OTAN, superiores às possibilidades inglesas.

Não podemos analisar as dificuldades econômicas de outros países capitalistas. O importante é assinalar que, dada a situação da economia capitalista mundial, a crise que aparece nos EE.UU. não poderá ficar isolada, como em certo grau ocorreu em 1949 e em 1954. Inevitavelmente se propagará a outros países capitalistas.

Muitos fatores de não pequena importância já mostram esse fato.

Em 1957 baixaram, como se sabe, os preços das matérias-primas industriais. Em outubro, o índice desses preços no mercado mundial foi inferior ao de 1953. A baixa dos preços dos metais não-ferrosos foi surpreendente: de outubro de 1956 a setembro de 57, o preço do cobre desceu de 277 libras esterlinas por tonelada para 191; o do chumbo, de 114 libras esterlinas para 88; o do zinco, de 94 para 70. Também baixaram os preços de muitos produtos agro-pecuários.

Outro sintoma é a acentuada baixa na cotação das ações em todos os países.

Em comparação com o nível máximo (1956-1957), a cotação das ações nos EE.UU. baixou em outubro nas seguintes proporções: Cias. de zinco e chumbo — 53%; de alumínio — 50%; de cobre — 47%; de transporte aéreo — 50%; de máquinas-ferramentas — 43%; de rádio e televisão — 42%; de transporte ferroviário — 39%; de frigoríficos — 39%. Até as ações dos monopólios petrolíferos baixaram de 26%. Essas reduções demonstram que em 1957 diminuíram os lucros e fazem prever o agravamento da situação econômica.

O mesmo acontece em outros países. Na França, por exemplo a rápida desvalorização da moeda originou uma elevação fictícia no curso das ações.

Tudo isso faz pensar que terminou o prolongado período de conjuntura favorável dos anos de pós-guerra. A ilusão da «prosperidade eterna», que os marxistas sempre combateram, já não existe. A economia do capitalismo terá que enfrentar tempos difíceis.

No entanto, o rápido ritmo de desenvolvimento da URSS aproxima o momento em que nosso país alcançará os EE.UU. no terreno econômico. O nível de produção nos EE.UU. não superou em 1957 o de 1956. Em 1958, e é muito provável que em 1959, esse

nível será bastante inferior ao atual. Durante esse tempo, a URSS elevará sua produção pelo menos em 25%.

O ano de 1957 foi também um ano de derrotas políticas do imperialismo. Depois dos acontecimentos na Hungria, em 1956, a propaganda imperialista proclamou a «crise do comunismo». As atrocidades da contra-revolução húngara eram alardeadas como «luta heróica pela liberdade». Essa mesma propaganda declarou «afastamento de Moscou» a busca de novas formas de progresso no sentido do socialismo, correspondentes às condições concretas de um ou outro país e apressou-se a chamar de «crise dos partidos comunistas do mundo capitalista» a traição de um punhado de intelectuais, aderidos como corpo estranho ao movimento comunista.

Agora está claro que todas essas esperanças dos capitalistas eram ilusórias. Os documentos aprovados pelos representantes dos partidos comunistas e operários, reunidos para celebrar o 40º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, mostram a unidade inquebrantável dos Estados socialistas e do movimento comunista do mundo inteiro.

De que «crise do comunismo» se pode falar? Na Hungria, a ditadura do proletariado é hoje mais firme do que nunca. Os partidos comunistas da Europa Ocidental não sofreram com a perda de um punhado de intelectuais de esquerda. Plebiscitos de confiança em suas forças, robustecidos por sua unidade, os operários conscientes do mundo inteiro marcham com passo seguro para o socialismo.

Pelo contrário, nos países imperialistas reinam a discórdia e o descontentamento. Os povos estão descontentes com seus governos. Nos EE.UU. e na Grã-Bretanha é provável a vitória dos partidos de oposição nas próximas eleições. Na França e na Itália sucedem-se as crises ministeriais. A «crise do comunismo» não existe, mas é uma realidade a crise incurável do capitalismo.

Os EE.UU. sofreram uma tremenda derrota moral e política como resultado do lançamento dos dois sputniks soviéticos e de sua incapacidade de enviar ao espaço cósmico uma esfera de alumínio de um quilo e meio de peso. Dissipou-se o mito da superioridade mundial dos EE.UU. em todas as esferas, sobretudo na técnica.

Os ingleses compreenderam logo a transcendência do primeiro sputnik. O deputado conservador Sir Robert Boothby escreveu no «Daily Express», a 10 de outubro: «O Ocidente cede as posições ao comunismo. O comunismo é o líder em qualquer esfera, sejam os satélites, os foguetes, as armas de hidrogênio, a diplomacia ou o desenvolvimento industrial».

Diferentemente dos ingleses, os norte-americanos continuaram, por inércia, a falar de sua superioridade. Mas depois do segundo sputnik, os ânimos mudaram radicalmente nos EE.UU. O pânico e as repreensões mútuas substituíram o orgulho.

Durante quarenta anos afirmaram monotonamente os norte-americanos que, ao lado dos EE.UU., a URSS era um país atrasado em todos os aspectos. Agora, o Congresso se pergunta «como alcançar a URSS» e «quanto tempo será necessário para isso».

Nos EE.UU., as revistas publicam artigos em que conhecidos físicos calculam o prazo que necessitará o país para alcançar a URSS e tentam explicar as razões do atraso científico e técnico que os afeta. A ciência, como tal, interessa muito pouco aos congressistas e os corifeus da política norte-americana.

E. VARGA

na. O que lhes interessa é o fato que já assinalava Kruschov e que os sputniks mostraram claramente ao mundo inteiro: a URSS possui o foguete inter-continental, isto é, a «arma absoluta», enquanto que os EE.UU. dispõem apenas de foguete de raio de ação médio.

Quanto aos monopólios de guerra, antes de tudo os atrai a perspectiva de obter grandes encomendas. O secretário de Defesa McElroy declarou que pedirá mil milhões de dólares mais para despesas militares do ano financeiro em curso e o aumento destas últimas no ano orçamentário seguinte.

Não nos propomos explicar minuciosamente as razões do fracasso dos EE.UU. no lançamento de satélites. cremos que a razão fundamental é a diferença na situação da ciência e dos cientistas nos EE.UU. e na URSS.

Na URSS, a ciência desempenha um papel considerável. A filosofia do povo soviético é o socialismo científico. A ciência do marxismo-leninismo determina a política interna e externa da URSS. O desenvolvimento da técnica, com o fim de aliviar o esforço do homem, a elevação da produtividade do trabalho e do bem-estar do povo verificam-se na URSS em estreita e sistemática colaboração com as ciências naturais. Em nosso país os cientistas são os membros da sociedade mais respeitados. Sua remuneração permite-lhes dedicar-se inteiramente à ciência.

O conhecido cientista norte-americano Teller declarou numa subcomissão do Senado:

— Um menino russo sonha ser cientista, como nossos jovens sonham ser estrelas de cinema...

Como se considera nos EE.UU. a ciência e os cientistas?

Na opinião dos homens de negócios, a ciência desempenha um papel secundário. A única ciência que eles admitem é a de «fazer dinheiro». E essa é a bitola para medir o homem.

A ciência está submetida ao capital. Não há mais centros de investigação científica do Estado, senão os militares. Três quartas partes dos trabalhos científicos se realizam nos laboratórios dos monopólios: da General Electric, da Radio Corporation of America, da General Dynamics, da General Motors etc. E as investigações seguem a direção que interessa a esses monopólios, embora o Estado contribua com parte dos gastos. Até as universidades são financiadas e orientadas em parte considerável por estes ou aqueles monopólios.

Os centros de estudos científicos subvencionados por Carnegie, Mellon e Ford são simples empresas mercantis. Contanto que se pague, admitem qualquer encomenda: desde os processos para fabricar móveis ornamentados até complicados problemas de física. Esses centros contratam os cientistas por um prazo determinado. E quando resolveu o problema, o cientista é lançado à rua se não há uma nova encomenda. O mesmo ocorre com os cientistas que trabalham nas corporações.

Com tal sistema, todos os adiantamentos científicos são propriedade dos empresários. Nenhum cientista tem direito a publicar, sem a permissão da empresa em que trabalha. As patentes pertencem não ao inventor, mas à empresa. Na sociedade em que o dólar é onipotente, onde inclusive os pequenos fabricantes de betume e os vendedores de automóveis ganham cinco vezes mais que ilustres homens de ciência, onde centenas de milionários têm utilidades colossais, os cientistas gozam de ascendência escassa. A autoridade máxima são os Rockefeller, os Du Pont, os Mellon.

Isidor Rabi, eminente físico, prêmio Nobel, declarou recentemente que nos EE.UU. o cientista se sente só.

Não se permite aos homens de ciência ter o seu critério sobre as questões políticas, se difere da opinião dos capitalistas. Quando o professor Oppenheimer, ilustre cientista norte-americano, cometeu a imprudência de opor-se à criação da bomba H, a comissão McCarthy dele se ocupou e averiguou que, quando jovem, tivera amigos comunistas. Por isso foi proibido de utilizar informações secretas e foi destituído dos cargos que ocupava.

Albert Einstein disse com amargura, pouco antes de morrer: «Se eu tivesse que escolher profissão, far-me-ia vigia noturno, para poder dizer o que quisesse».

O desdém pela ciência, se não traz lucros e o considerar os cientistas como simples empregados — atributos do «modo de vida nor-

te-americanos» — fazem duvidar que os EE.UU. consigam uma transformação radical na ciência, com medidas de organização.

A agressiva política exterior dos EE.UU. fracassou virtualmente na recente sessão da OTAN, embora o comunicado final, extenso como nunca, tente ocultá-lo com «ases vazias e hipócritas» sobre os propósitos pacíficos dessa coalizão guerreira.

Qual era o programa do capital monopolista-ianoque, exposto por Dulles?

Primeiro — Instalação de rampas de lançamento de foguetes com raio de ação médio e de depósitos de bombas atômicas norte-americanas em todos os países europeus membros da OTAN. Os incendiários de guerra tentavam criar assim o contrapeso para o foguete intercontinental soviético e converter a Europa na base principal de operações de uma nova guerra. Equipar a Europa Ocidental com bombas atômicas e foguetes teria sido muito vantajoso para os dirigentes norte-americanos.

Segundo — Repetir as negociações de desarmamento com a URSS.

Isso se depreende das declarações feitas por Dulles, pouco antes da sessão em que disse que era um competente especialista em conferências com os russos, já que havia participado em doze delas. «Devo dizer que essas conferências foram de proveito escasso, principalmente porque não se pode fiar em que a Rússia cumpra as suas promessas. Quando não se pode crer nem confiar nas promessas de uma nação, as conferências trazem um proveito escasso».

O imperialismo norte-americano fracassou nas duas questões primordiais que colocou em Paris. Embora as negociações fundamentais tenham sido confidenciais, não tardou em saber-se que o programa de Dulles havia sido rejeitado.

E' bem compreensível que os povos da Europa, inclusive dos países cujos governos estão dispostos a conceder seu território aos EE.UU., protestem decididamente contra a instalação de rampas lança-foguetes norte-americanos, porque não querem ser arrastados a uma guerra com o emprego de novíssimos armamentos. Os povos compreendem que essas armas são tão poderosas que seu emprego pode ameaçar a existência de nações inteiras. Na recente sessão do Soviet Supremo da URSS, foi dito claramente: «No caso de ser desencadeada a guerra, os demolidores contra-golpes afetarão tanto aos países que tenham em seu território bases militares da OTAN como aos países que instalem essas bases com fins de agressão. Hoje, não há um rincão onde o agressor possa escapar do justo castigo».

Em 1957 prosseguiu, sob as formas mais diversas, a desagregação do sistema colonial. O povo argelino opôs heróica resistência ao meio milhão de soldados do exército imperialista francês. Travaram-se combates armados em Chipre, Malaca, no Kênia, nas zonas de Marrocos ocupadas pela Espanha. Muitos países que já conquistaram a soberania continuam lutando por sua plena independência política e econômica: a Indonésia expulsa os capitalistas holandeses; o Egito e a Síria combatem enérgicamente contra toda tentativa de ingerência dos imperialistas; o Marrocos e a Tunísia, nominalmente em aliança com a França, apoiam no terreno moral e diplomático a luta libertadora da Argélia. Em todas as partes se observa o mesmo: não há estabilidade nem tranquilidade para os imperialistas.

Os imperialistas não podem concertar uma política comum. Os monopólios norte-americanos procuram eliminar os competidores, para apropriar-se das fontes de matérias-primas. Assim ocorreu no Irã. Através desse mesmo processo tentam os EE.UU. apoderar-se das riquezas recém-descobertas no Saara. Na disputa pelas fontes de matérias-primas recorrem freqüentemente à demagogia anti-colonialista.

Mas os povos dos países subdesenvolvidos não querem substituir o jugo britânico, francês ou holandês pelo norte-americano, oferecem uma resistência enérgica e perseveraram na ampliação da zona de paz. A conferência de solidariedade dos países afro-asiáticos, no Cairo, foi sem dúvida um novo passo nesse sentido.

Portanto, o ano de 1957 foi em todos os terrenos — na economia, na política, na questão colonial, na ideologia — um ano de derrotas para os Estados Unidos e o imperialismo em conjunto. Foi um ano de vitórias para a União Soviética e o socialismo.

O BRASIL PRECISA DE UMA NOVA ABERTURA DOS SEUS PORTOS

- ★ O célebre episódio histórico de 1808
- ★ O que era o Brasil sob o monopólio colonial português
- ★ A invasão napoleônica, a fuga da corte lusitana e suas consequências
- ★ Personagens de um drama: o regente D. João, José da Silva Lisboa e Lord Stranford
- ★ Onde o proveito maior foi da Inglaterra
- ★ Lições da história

A 24 de janeiro de 1808 chegava à cidade de Salvador uma frota de proporções extraordinárias para a época. Trazia a corte portuguesa, posta em fuga pela invasão napoleônica. A bordo de um dos navios vinha o próprio Regente D. João, futuro D. João VI, coroado, aliás, no Brasil, em 1818.

A 28 de janeiro de 1808, ainda na cidade do Salvador, dirigia D. João ao conde da Ponte, capitão-general de capitania da Bahia, uma carta régia em que determinava a abertura dos portos brasileiros aos navios de todas as potências em paz com o Reino de Portugal. Foi este o célebre ato da «abertura dos portos», cujo sesquicentenário está sendo agora comemorado.

Quais os antecedentes desse acontecimento e que significação teve para a História do Brasil? É o que veremos, nos dados essenciais.

PORTUGAL SOB A DEPENDÊNCIA DA INGLATERRA

Por aquela época, já era Portugal uma potência em franca decadência. Perdera quase todo o seu portentoso império no Oriente e, para se defender da Espanha e da Holanda, tivera que cair sob a dependência da Inglaterra, que, em meados do século XVII, assumira a hegemonia do comércio mundial e das conquistas coloniais.

Em 1703, foi celebrado entre Portugal e a Inglaterra o famoso tratado de Methuen (nome do embaixador britânico em Lisboa). De acordo com as suas cláusulas, Portugal adquiria privilégios alfandegários na exportação de seus vinhos para a Inglaterra e abria o seu mercado interno para os tecidos ingleses, cuja entrada fora antes proibida. Com isto, liquidaram-se as possibilidades de desenvolvimento da indústria lusitana, que não poderia concorrer com a inglesa, muito mais adiantada, e Portugal se condenava a um futuro de nação agrária.

O ouro, que fluía em abundância das minas brasileiras no século XVIII, passava por Portugal e ia parar, em sua maior parte, na Inglaterra, adubando o terreno para o florescimento do capitalismo britânico. Era com o ouro brasileiro que Portugal pagava o seu vultoso déficit comercial com aquele país. O ouro brasileiro foi um dos principais elementos da acumulação capitalista primitiva na Inglaterra, da qual viria a surgir, na segunda metade do século XVIII, a revolução industrial que abriu nova época para a História da humanidade.

O Brasil se tornara, assim, colônia não só de Portugal, como também da Inglaterra.

A LUTA CONTRA O JUGO COLONIAL

Ao iniciar-se o século XIX, o Brasil colonial era a principal fonte da riqueza lusitana. Mais da metade da exportação portuguesa era constituída de produtos brasileiros (açúcar, algodão, café, couros, especiarias, etc.). Portugal tinha o monopólio do nosso comércio exterior, aos nossos portos somente os seus navios eram admitidos. Ganhavam os navios portugueses com os fretes, ganhavam os comerciantes portugueses distribuindo pela Europa os produtos brasileiros e vendendo ao Brasil, a preços de monopólio, os produtos agrícolas de Portugal e as manufaturas da Inglaterra, ganhava o erário português com os escorchantes tributos, que pesavam sobre a produção e o comércio no Brasil.

Além de tudo isto, afora o fabrico de açúcar, nenhuma atividade industrial era legalmente permitida no Brasil. Um monopólio brutal estrangulava o país. Durante quase todo o período colonial, foram os brasileiros privados até de explorar as ricas salinas do país, devendo importar o sal d'além mar. A escassez e os altos preços de tão essencial artigo provocaram, aliás, frequentes motins na colônia.

Com o aumento da sua importância econômica e da sua população e à medida que se formava a consciência nacional do seu povo, o jugo colonial ia se tornando cada vez mais opressivo para o Brasil. Um simples sentimento nativista, a princípio, e depois

uma clara aspiração à independência se manifestaram em numerosos movimentos conspirativos e insurrecionais. A rebelião de Beckman (1684, Maranhão), a guerra dos mascates (1710, Pernambuco), a revolta de Felipe dos Santos (1720, Minas), a Inconfidência Mineira (1789), a Revolução dos Pardos ou dos Alfaiates (1798, Bahia), todos estes acontecimentos assinalavam, em diferente grau, pondo em

ação diferentes setores sociais, com as suas reivindicações próprias, o mesmo processo de formação da nação brasileira, que não poderia continuar a viver sob o asfixiante domínio português.

A INVASÃO NAPOLEÔNICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

A Europa vivia os primeiros anos do século XIX sob o signo das guerras napoleônicas. Napoleão havia decretado o bloqueio da Inglaterra, proibindo toda a Europa de comerciar com ela. Já há muito dependente da Inglaterra, Portugal não podia deixar de ser seu «aliado».

O revide não se fez esperar. Napoleão decretou a deposição da casa de Bragança e um exército francês, sob o comando do marechal Junot, invadiu a terra lusitana, ocupando Lisboa a 30 de novembro de 1807.

A iminência da invasão pôs em pânico a corte real de Lisboa. D. João, que não se distinguia pela firmeza de caráter, chorava nos seus aposentos. Neste momento crítico é que interveio o embaixador inglês, lord Stranford, aconselhando a imediata transferência da corte para o Brasil e garantindo, para isto, a proteção de navios de guerra ingleses. Ao mesmo tempo, porém, o hábil lord Stranford exigia e alcançava, como evidências de depósitos históricos, a promessa de valiosíssimas concessões do governo português para os interesses da Inglaterra.

A 29 de novembro, partia do Tejo, sob guarnição inglesa, uma numerosa frota, carregando cerca de 15.000 pessoas, entre fidalgos, funcionários e fâmulos, uma avalanche de parasitas que logo depois desabaria sobre o Brasil. Mal partia a frota, alcançava o porto o exército de Junot, que ainda pôde apressar alguns navios retardatários.

A ABERTURA DOS PORTOS E OS INTERESSES BRASILEIROS

Já vimos que, poucos dias depois de chegada à Bahia (onde pouco se demorou, seguindo logo para o Rio), D. João havia decretado a abertura dos portos.

O ato obedeceu a tripla inspiração.

Por um lado, resultou da pressão dos interesses brasileiros. A permanência do monopólio colonial significaria, naquele momento, o estrangulamento completo da economia do país, constituída como sistema baseado no trabalho escravo para produzir artigos de exportação. Portugal estava ocupado pelo estrangeiro, impossibilitado de absorver aqueles artigos, condenados, por isto, ao apodrecimento, se persistisse o monopólio lusitano sobre o comércio exterior brasileiro. Uma casualidade histórica (a invasão napoleônica) levava, assim, o sistema a uma aguda crise e facilitava a satisfação de uma aspiração geral dos brasileiros, que era o término daquele extorsivo monopólio colonial. Da aspiração dos brasileiros foi intérprete José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, homem de idéias progressistas para a época, influenciado pela economia política livre-cambista da Inglaterra. A liberdade de comércio internacional, necessária ao capitalismo inglês, também correspondia aos interesses de uma economia do tipo da brasileira, fundamentalmente voltada para a exportação.

OS INTERESSES LUSITANOS

Ao decretar a abertura dos portos brasileiros, D. João não obedeceu, porém, apenas aos célebres conselhos de José da Silva Lisboa. Também influíu aí o próprio interesse

lusitano. A casa de Bragança fora momentaneamente privada da sua base em Portugal e iria depender exclusivamente das rendas do Brasil, para onde se transferira. Essas rendas seriam impossíveis com a continuação do monopólio da navegação e do comércio lusitanos. Era necessário utilizar outro canal de escoamento. Assim, pois, a abertura dos portos — por obra da casualidade momentânea — vinha atender também a interesses portugueses.

OS INTERESSES INGLESES

Mas a abertura dos portos, nas condições daquela época, beneficiou antes e acima de tudo à Inglaterra. Lord Stranford acompanhara a transferência da corte para o Brasil e era, na verdade, o poderoso orientador da política portuguesa.

O ato de D. João significou a cessação do monopólio português e a instituição, na prática, de um monopólio inglês. Com a Europa continental em guerra, somente a Inglaterra estava em condições de enviar navios ao Brasil. Além disso, era ela a maior potência econômica da época, dominando os mares com a sua marinha mercante. Os Estados Unidos ainda atravessavam uma fase de economia colonial, também baseada no trabalho escravo, produzindo artigos de exportação concorrentes dos brasileiros, como o algodão e o fumo. Pouco podiam fazer na concorrência com a indústria inglesa.

OS MONSTRUOSOS TRATADOS DE 1810

O monopólio inglês, que a abertura dos portos propiciou praticamente, foi juridicamente estabelecido pelos incriáveis tratados de 1810, assinados por Lord Stranford e pelo conde de Linhares, plenipotenciários do rei Jorge III, da Inglaterra, e do Regente D. João, de Portugal.

Segundo esses tratados, os direitos aduaneiros sobre as mercadorias inglesas entradas no Brasil passaram de 24 para 15%, mais baixos do que os direitos sobre as próprias mercadorias portuguesas, que eram de 16%. As mercadorias de outras procedências continuaram a pagar 24%. Isto vibrava um golpe de morte em qualquer desenvolvimento industrial no Brasil, que se tornara possível com o ato de D. João, ainda em 1808, já no Rio, abolindo as proibições legais até então vigentes.

De acordo com os mesmos tratados, os produtos agrícolas portugueses continuariam a gozar de tratamento privilegiado na Inglaterra, mas ficava terminantemente proibida a entrada no império britânico dos produtos brasileiros, como o açúcar, café e fumo, que aquele produzia. Dos produtos brasileiros só eram admitidos aqueles que a Inglaterra não tinha em suas colônias ou de que carecia em grandes quantidades para a sua indústria em rápido crescimento. Tal era o caso do algodão e dos paus de tinturaria.

Esses aspectos são suficientes para demonstrar a monstruosidade dos tratados de 1810, inteiramente favoráveis à Inglaterra, constituindo para o Brasil, pelo contrário, um pesadíssimo fardo, que duraria muitos anos.

Em 1818, os direitos aduaneiros sobre as mercadorias

portuguesas baixaram também para 15% e em 1828 foi estabelecida a igualdade de direitos sobre mercadorias de todas as procedências, na mesma base baixíssima de 15%. Apesar disto, a Inglaterra permaneceria ainda por quase um século na predominância sobre o comércio exterior brasileiro.

O surto industrial só se tornaria possível no Brasil já no fim do século XIX, em outras condições e impulsionado por outros fatores, entre os quais, primordialmente, a abolição da escravidão e a riqueza acumulada pela próspera lavoura cafeeira.

SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA DA ABERTURA DOS PORTOS

Não procede, por conseguinte, a lenda criada por muitos historiadores sobre a largueza de vista de D. João e os benefícios, que supostamente teria trazido ao nosso país. O ato da abertura dos portos, se correspondeu, sob um aspecto geral, a interesses brasileiros, obedeceu, primordialmente aos interesses da metrópole lusitana e, por trás desta, à cobiça do robusto capitalismo britânico. A situação colonial da economia brasileira não se modificou substancialmente com aquele ato e iria permanecer, embora atenuada, mesmo após a proclamação da independência política, em 1822.

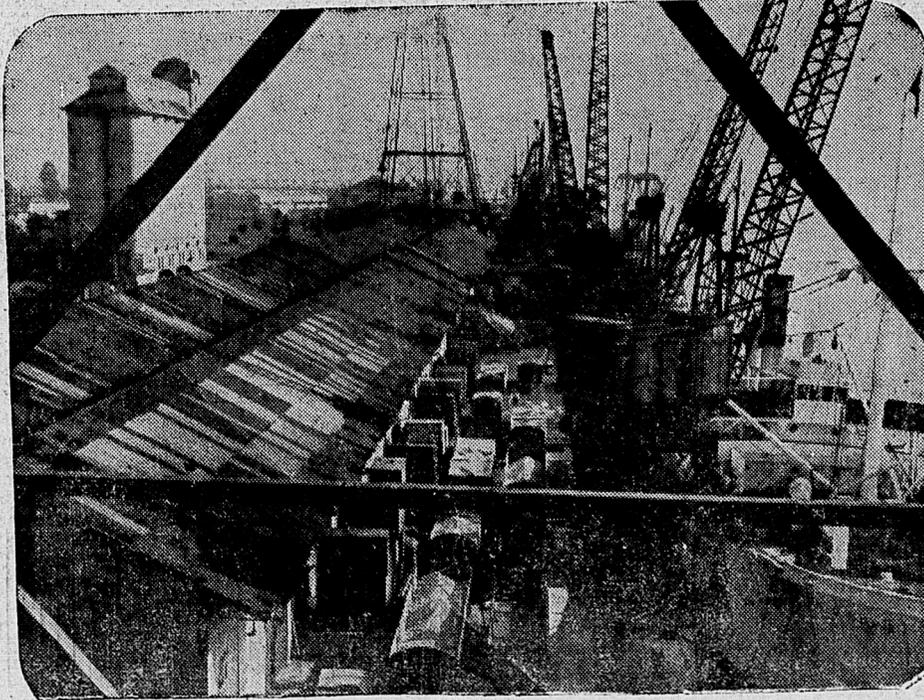
Apesar de tudo isto, que convém ressaltado, em contraposição às falsificações históricas correntes, o ato da abertura dos portos não deixou de

PELA REVOLUÇÃO

ENTRE as reivindicações, destaca-se por sua importância imediata dos níveis atuais de salários. A elevação constante das necessidades mínimas operárias, principalmente tuem a imensa maioria e o presidente da República diminuindo, o fato concreto de subir os preços dos preços prossegue.

Já se iniciaram uma ampla campanha nacional há quase dois anos e ligação ao custo de vida. categorias profissionais, já sidade de coordenar o modo de dar maior amplitude

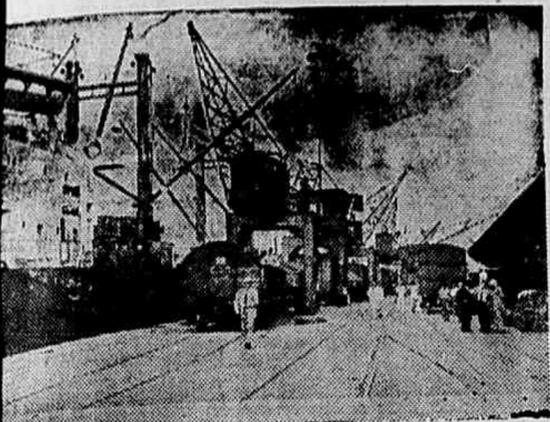
Agora, processando rio-mínimo, para a es tutar as propostas e s naquele sentido. Essas realmente a confiança dos por sua honestidade rão desempenhar um p poderão determinar a pleiteadas pelos trabalh Será uma oportu Comissões de Salário- fiança que nêles fora o terizou pela defesa dos Por essas razões, às realizações das eleição rio, sua participação rão seguir por toda a nas grandes assembleias realidade uma das relaçã lhadoras.



O Porto de Santos, o mais importante do Brasil, é um dos maiores portos de café do mundo. Por que não pode o café brasileiro seguir de Santos para a União Soviética, a China Popular e outros países socialistas?

Avoluma-se o Poderoso Movimento Pelas Relações Com o Mundo Socialista

Declarações expressivas dos srs. Clovis Salgado, ministro da Educação, Negrão de Lima, prefeito do Distrito Federal, Paulo Guzzo, presidente do Instituto Brasileiro do Café, e de outras personalidades — O Brasil deve seguir o exemplo de outros países latino-americanos — Missão Comercial Argentina em Moscou, Enviados Comerciais soviéticos em Bogotá — A Ajuda da URSS é proveitosa a qualquer país, independente do seu regime social



O Porto de Salvador não é mais aquele a que chegou a frota João num dia de janeiro de 1808. Mas ele continua fechado aos países, que, entretanto, também poderiam comprar o cacau, o café e outros produtos, que chegam aos seus armazéns.

especial importância no processo emancipador do povo brasileiro, merecendo, por isto, dignas comemorações. E' com aquele ato, cessava o status colonial para o Brasil. O nosso país, embora continuasse ainda, por certo tempo submetido à casa reinante portuguesa, adquiria a configuração de país que podia, ao menos por direito, senão na prática, comerciar com qualquer outro. A concretização prática desse direito iria consistir todo um outro capítulo

de nossa História. O ato da abertura dos portos foi o toque de finados do monopólio colonial português, que se prolongava por mais de três séculos. Desse ponto de vista, colocando as coisas na sua devida perspectiva histórica, é indiscutível a grande significação do acontecimento. A abertura dos portos em 1808 proclamou, no plano das relações econômicas a cessação do jugo de Portugal, preparando a emancipação política de 1822.

POR UMA NOVA ABERTURA DOS PORTOS

O sesquicentenário da abertura dos portos em 1808 é comemorado num momento em que o povo brasileiro luta por uma nova abertura dos seus portos.

O Brasil de hoje já não é o de 150 anos atrás. O nosso desenvolvimento industrial começa a ganhar corpo. Estamos construindo as premissas da emancipação econômica. Mas, na esfera do comércio exterior, se a situação não é mais a de um monopólio absoluto, como foi na época da colônia, ainda é de um monopólio virtual, agora em benefício dos Estados Unidos. Para países de economia florescente, que representam um terço da humanidade, os nossos portos continuam fechados.

O exemplo do velho José da Silva Lisboa, que compreendia a importância da liberdade do comércio internacional e queria os nossos portos abertos a todas as nações, tem hoje singular atualidade.

REVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Por que vem lutando hoje o proletariado brasileiro a questão da necessidade de uma revisão do salário-mínimo.

O custo de vida torna a cada dia mais difícil atentar com os baixos salários que ganham hoje os trabalhadores. Embora as estatísticas oficiais assistam em que o ritmo de elevação da carestia está para milhões de famílias operárias é que não cessam. Apesar de um ritmo menos rápido, a subida dos

preços, visando ao lançamento de uma nova legislação, cujos níveis foram revisados encontram agora grandemente desajustados em relação de dirigentes sindicais, das mais numerosas camadas manifestaram através da imprensa sobre a necessidade reivindicatória entre os vários Estados, a fim de dar força à campanha.

COMISSÕES DE SALÁRIO-MÍNIMO

Eleições para renovação das Comissões de Salários e Suplentes, aos quais caberá a serem feitas aos órgãos governamentais, Comissões, integradas por trabalhadores que mereçam a confiança dos companheiros de trabalho, elementos conhecidos em defesa dos direitos operários, poder decisivo na fixação dos novos níveis salariais. Elas também a inclusão de novas reivindicações, há muito tempo, como salário-família, salário-profissional etc.

ainda para reconduzir aos cargos de vogais dos comitês aqueles que já se revelaram dignos da confiança e cuja atuação, naqueles organismos, se caracterizou por ser de seus companheiros. Os trabalhadores não ficarão, sem dúvida, indiferentes para as Comissões de Salário-mínimo. Pelo contrário, nessa fase preparatória e nos debates que se desenvolverão nos locais de trabalho, nas delegacias sindicais, poderão contribuir bastante para tornar as reivindicações mais sentidas pelas grandes massas traba-

Sucedem-se as declarações de personalidades das mais representativas do país, em favor do reatamento das relações comerciais entre o Brasil e a União Soviética e outros países socialistas, numa afirmação de que tal medida se impõe como uma necessidade imperiosa do momento em que vivemos, porque corresponde às aspirações das massas populares e aos interesses da indústria, comércio e agricultura brasileira.

País exportador de produtos primários, o Brasil tem encontrado sérias dificuldades para garantir o pleno escoamento para o exterior, em condições satisfatórias, de sua produção exportável de café, cacau, algodão, couros, minérios de ferro e outros produtos, uma vez que nosso comércio externo é praticamente monopolizado pelo mercado norte-americano que absorve, sozinho, cerca de 50% do valor total de nossas vendas ao estrangeiro. Assim, a ampliação ou não da cultura de determinado produto da economia brasileira está sempre condicionada às possibilidades de absorção daquele mercado, condição que tem dificultado um mais rápido desenvolvimento e diversificação da economia nacional.

Compreendendo esta situação é que se avolumam as vozes favoráveis à ampliação de nosso comércio exterior com a incorporação de novos mercados como os da União Soviética, China Popular e outros países socialistas. Para tais mercados podemos exportar café, cacau, couros, fibras e outros produtos, e ali comprar máquinas e equipamentos industriais dos mais diferentes tipos, indispensáveis ao florescimento da indústria nacional.

NOVAS ADESÕES

Nesses últimos dias foram expressivas as adesões que receberam aqueles que há muito vêm defendendo a necessidade do reatamento das relações comerciais normais entre o Brasil e a União Soviética. Entre elas destacam-se as do ministro da Educação, sr. Clovis Salgado, do ministro Negrão de Lima, prefeito desta cidade, do secretário das Finanças do governo do Estado de Minas Gerais e do sr. Paulo Guzzo, presidente do Instituto Brasileiro do Café.

O sr. Negrão de Lima declarou encerrar de maneira favorável aquele reatamento. E, uma vez estabelecido o intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Soviética, acrescentou, «não há razões para que não tenhamos, também, relações diplomáticas, à maneira de muitos países amigos».

O sr. Tristão da Cunha, secretário das Finanças do Estado de Minas Gerais, afirmou considerar útil ao Brasil o reatamento de amplas relações comerciais com a União Soviética, não vendo razão naqueles que agitam o perigo de infiltração comunista através das embaixadas.

No mesmo sentido foram as declarações do dr. Oscar Argollo, presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Brasil, do sr. Nirvaldo Miranda Beirão, diretor da Associação Comercial do Estado de Minas Gerais, e muitos outros.

Manifestam, desta forma, homens atuantes nos mais diversos setores da vida do país a tomada de consciência de que só teria a ganhar a economia brasileira, com o estabelecimento de relações comerciais normais com a União Soviética e outros países socialistas, a exemplo do que já o fizeram e pretendem fazer diversos países do mundo.

COLOMBIA E CHILE

Entre os países da América Latina, mantêm relações diplomáticas com a União Soviética, a Argentina, Uruguai e México. Agora mesmo encontra-se na URSS importante missão comercial argentina, chefiada pelo vice-ministro da

Indústria daquele país, entabulando negociações para a ampliação substancial das trocas comerciais entre os dois países.

As negociações entre a Colômbia e a União Soviética para o reatamento de relações comerciais entre ambos, cortadas desde 1948, acham-se bastante adiantadas. Os diplomatas Soviéticos Boris Atrielsov e Leonide Bolshakov, recém-chegados a Bogotá, propuseram ao governo colombiano, a compra pela URSS de café no valor de 30 milhões de dólares anuais, ao tempo em que afirmaram que a União Soviética poderia contribuir para o financiamento, na Colômbia, de uma fábrica de tratores, fornecendo créditos com amplas facilidades de reembolso, e ajuda técnica.

Da mesma forma, o governo do Chile está propenso a negociar com a União Soviética a venda de 20 mil toneladas de cobre, que representa para aquele país o mesmo que o café para o Brasil e a Colômbia.

AJUDA SOVIÉTICA

Está comprovado que são bastante vantajosas as relações comerciais normais entre a União Soviética e vários países do mundo independentemente de seu regime social. A União Soviética, no desenvolvimento dessas relações, tem ajudado desinteressadamente o florescimento da economia daqueles países.

Eis alguns exemplos da ajuda que a União Soviética vem prestando ao desenvolvimento de alguns países através:

Afganistão — fornecimento de usinas de asfalto, silos e elevadores de cereais, reservatórios de petróleo, usinas de cimento, conservadoras de frutas, equipamentos hospitalares, projeto de estradas, ônibus e automóveis.

Birmânia — equipamento para fábrica de tecidos, equipamento científico, ajuda técnica agrícola, industrial, etc.

Ceilão — Usina de aço, equipamento para perfurações petrolíferas, máquinas agrícolas, fábricas de lentes, central elétrica.

Indonésia — refinaria de açúcar, usina de penus de automóvel.

Egito — equipamento para laboratório de física nuclear, pontes e emissoras de rádio, equipamento para a indústria petrolífera.

Itália — Assinado novo acordo comercial, elevando para o dobro as suas trocas comerciais com a URSS. O acordo compreende trocas de mercadorias no valor total de 512 milhões de dólares.

Enquanto isto, a Espanha e a Tchecoslováquia acabam de reatar suas relações comerciais, interrompidas há mais de 20 anos, assinando acordos que prevêm a troca de mercadorias no valor de 100 milhões de coroas (pelo câmbio oficial, um dólar vale 7 coroas tchecas).

INEVITÁVEL O REATAMENTO

Torna-se, desta forma, injustificável e insustentável a posição isolacionista em que se encontra o Brasil, há quase dez anos, privando a sua economia dos benefícios que poderia auferir se negociasse regularmente com a União Soviética. É indispensável para o nosso desenvolvimento, a ampliação de nosso comércio exterior, por meio do que poderemos comprar e vender a outros países, particularmente à União Soviética, em condições mutuamente vantajosas, carreando assim para o nosso país novos elementos impulsores de sua indústria e consolidadores de sua independência econômica.



UM FOGUETE SOVIÉTICO, ao tocar ao solo, depois de descer em pára-quadras especial. Segundo o programa do Ano Geofísico Internacional, a URSS comprometeu-se a lançar 125 foguetes de vários pontos de seu território e também da região antártica, de um navio-motor. Esses foguetes, quando atingem a altitude conveniente, dividem-se em dois: a cabeça, contendo aparelhos de observação e o corpo. Ambos descem em pára-quadras. Na fotografia, uma parte de foguete voando, enquanto outra toca o solo, com o pára-quadras ainda preso. (Fotografia da Agência TASS).

Sobre a Atuação Dos *Teoria e Prática* Comunistas no Distrito Federal

RESOLUÇÕES DA IV CONFERÊNCIA REGIONAL DO RIO DO P.C.B.

No mês de Janeiro do corrente ano reuniu-se a IV Conferência Regional do C. R. do Rio, do P.C.B., com a presença de todos os delegados eleitos pela Conferência dos organismos diretamente ligados ao C.R.

A Conferência discutiu a seguinte ordem do dia:

- 1 — Informe de balanço do C.R.
- 2 — Eleição do C.R.
- 3 — Resoluções.

A Conferência Regional, depois de analisar o informe apresentado pelo Comitê Regional e tendo em conta as resoluções das Conferências dos diversos organismos da Região resolve:

- 1 — Aprovar o informe apresentado pelo Comitê Regio-

nal e recomendar a sua discussão nos organismos partidários, visando aprofundar as questões nele levantadas, principalmente as de caráter autocrítico.

2 — Considerar o informe do camarada Prestes apresentado à reunião do C.C., de agosto de 1957 e seu artigo: "sobre o 40º aniversário da Revolução de Outubro" como documentos de orientação política que devem ser discutidos em todos os organismos do Partido na região e amplamente divulgados.

3 — a) Considerar como tarefas políticas fundamentais para o momento, no Distrito Federal, o reforçamento e ampliação da luta nacionalista; o estabelecimento de relações do Brasil com todos os países e a campanha eleitoral de 1958, visando levar à Câmara Municipal, à Câmara Federal e ao Senado da República patriotas e democratas e derrotar os entreguistas.

3 — b) Considerar que uns dos principais objetivos da luta antilimpialista no âmbito do Distrito Federal é a derrota do monopólio da Light. Desenvolver a campanha neste sentido dentro das soluções possíveis de conseguir como o projeto da Eletrobrás.

4 — a) Considerar que a superação dos erros e debilidades do Partido só se pode processar através do desenvolvimento da luta interna e da ampliação da ligação do Partido com as massas.

Renovar a solidariedade e confiança ao C.C. e ao camarada Prestes na luta pela unidade e democratização da vida do Partido e apoiá-los na medida de expulsão de Agildo Barata.

4 — b) Solicitar ao C.C. a convocação do V Congresso para o corrente ano.

5 — Quanto ao trabalho de massas e sindical:

a) — Orientar-nos, no geral e em cada caso particular, para a luta pelas reivindicações em torno das quais se possa processar a unidade de ação e encaminhar a unidade orgânica dos trabalhadores, em particular da classe operária, tendo em conta, do ponto de vista político, alcançar vitórias que façam avançar o processo democrático e patriótico em desenvolvimento.

b) — Considerar que a principal debilidade do trabalho sindical está na falta de um movimento sólido pela base.

Reiterar portanto a necessidade de organizar os trabalhadores nas empresas, utilizando para isso as mais variadas formas possíveis.

É necessário ter participação efetiva em todas as organizações sindicais da atual estrutura e aproveitar sempre todas as possibilidades oferecidas pela legislação trabalhista vigente.

c) — Elaborar uma plataforma de trabalho para a atuação entre as massas faveladas.

d) — Determinar ao C.R. a apresentação de um estudo sobre a situação objetiva no Distrito Federal dentro do prazo de um ano, utilizando, para isso, a ajuda dos organismos intermediários do Partido na Região.

A DOCTRINA DE MARX E A CIÊNCIA BURGUESA

V. I. LENIN

A doutrina de Marx suscita em todo o mundo civilizado a maior hostilidade e o maior ódio de toda a ciência burguesa (tanto a oficial como a liberal), que vê no marxismo algo assim como uma "seta nefasta". E não há por que esperar outra atitude, pois em uma sociedade erigida sobre a luta de classes, não pode existir uma ciência social "imparcial". De um modo ou de outro, TODA a ciência oficial e liberal DEPENDE a escravidão assalariada, à qual o marxismo declarou uma guerra implacável. Esperar uma ciência imparcial, na sociedade da escravidão assalariada, seria a mesma nécia ingenuidade que esperar que os fabricantes sejam imparciais quanto à conveniência de aumentar os salários dos operários, diminuindo os lucros do capital.

Há, porém, mais. A história da filosofia e a história das ciências sociais ensinam com toda a clareza que no marxismo não há nada, que se pareça ao "sectarismo", no sentido de uma doutrina encastelada, anquilosada, que surgiu A MARGEM da estrada real do desenvolvimento da civilização mundial. Pelo contrário, o gênio de Marx estriba precisamente em haver dado soluções aos problemas apresentados antes dele pelo pensamento avançado da humanidade. Sua doutrina surge como a CONTINUAÇÃO direta e imediata das doutrinas dos maiores representantes da filosofia, da economia política e do socialismo.

A doutrina de Marx é onipotente, porque é exata. É completa e harmônica, dando aos homens uma concepção do mundo inteiro, irreconciliável com toda a superstição, com toda a reação e com toda a defesa da opressão burguesa. É a legítima herdeira do melhor que a humanidade criou no século XIX sob a forma da filosofia alemã, da economia política inglesa e do socialismo francês.

(Trecho inicial do artigo "Três fontes e três partes integrantes do marxismo", escrito em 1913).

O C.R. deverá também opinar, dentro do prazo máximo de 6 meses, sobre a Constituição do futuro Estado da Guanabara.

e) — Que o C.R. reexamine o seu informe eleitoral à luz da nova orientação política do Partido.

SAUDAÇÃO A PRESTES

A IV Conferência do C.R. do Rio saudou o camarada Prestes ao ensejo do seu 60º aniversário ocorrido dia 3 do mês em curso.

Vemos na vida do camarada, vida de luta e de sacrifícios, um exemplo de dedicação e de amor ao povo.

Almejamos ao companheiro longos anos de vida, junto aos de sua família e aos seus camaradas.

Rio, Janeiro de 1958.

A IV CONFERÊNCIA REGIONAL DO RIO DO P.C.B.

atuação da delegação soviética. As declarações do seu chefe, Charaf Rachidovitch, tiveram enorme repercussão mundial, de que não se esqueceu o Brasil. A opinião pública brasileira ficou profundamente impressionada com a afirmação taxativa de que, com o limite apenas das suas possibilidades materiais, a URSS forneceria créditos a baixos juros, longo prazo e sem quaisquer imposições econômicas ou políticas a fim de ajudar a emancipação econômica dos povos subdesenvolvidos. A repercussão dessas palavras de Charaf Rachidovitch se explica não apenas por elas mesmas, porém pelo fato de que se fundamentam nos exemplos concretos da ajuda da URSS a países como a Índia, Egito e Síria. Houve jornais brasileiros que, com razão, consideraram o discurso do delegado soviético equivalente ao lançamento de um terceiro «Sputnik».

A Conferência do Cairo veio confirmar a tese sobre o crescente poderio daquelas forças que, no mundo inteiro, se batem pela causa da paz. Estas forças se desenvolvem progressivamente, ao passo que o campo do imperialismo se enfraquece visivelmente. O perigo de guerra continua a existir e deve ser motivo de primordial preocupação mas tendo sempre em vista a solução positiva dos atuais problemas internacionais, isto é, a possibilidade real de evitar uma nova guerra e manter uma paz duradoura.

Calendário

INTERNACIONAL

- 1 — 1805 — Nascimento de Augusto Blanqui, herói do movimento operário francês.
- 2 — 1943 — Os exércitos fascistas alemães são fragorosamente derrotados em Stalingrado.
- 4 — 1945 — Reunem-se em Yalta, Stálin, Churchill e Roosevelt.
- 6 — 1904 — Inicia-se a guerra russo-japonesa.
- 1945 — Instala-se em Londres o Primeiro Congresso da Federação Sindical Mundial.
- 7 — 1649 — A Câmara dos Comuns proclama a República na Inglaterra, sendo Cromwell clevadoc a Lord Protector.
- 8 — 1921 — Morte de Pedro Kropotkin, anarquista russo.
- 1881 — Falece Dostoiowski, famoso romancista russo.
- 10 — 1837 — Morte de Puchkin, grande poeta e escritor russo.
- 11 — 1650 — Falece Descartes, grande filósofo e cientista francês.
- 12 — 1809 — Nascimento de Charles Darwin, genial biólogo inglês.
- 1809 — Nascimento de Abraam Lincoln, presidente dos Estados Unidos, que extinguiu a escravidão.
- 15 — 1564 — Nascimento de Galileu, genial sábio italiano.
- 1945 — Libertação de Budapeste pelo Exército Soviético.
- 1956 — Instala-se o XX Congresso do PCUS, que marcou nova etapa no movimento operário mundial.
- 16 — 1936 — Vitória da Frente-Popular nas eleições da Espanha.
- 17 — 1949 — É assassinado o estudante Numen Mestres, herói do povo da Nicarágua.
- 18 — 1546 — Falece Martin Lutero.
- 1564 — Falece Miguel Ângelo, genial artista da Renascença na Itália.
- 1937 — Falece o dirigente bolchevique Ordjonikidze.
- 19 — 1473 — Morte de Copérnico, célebre astrônomo polonês.
- 1943 — São executados os estudantes alemães antifascistas Hans e Sofia Scholl.
- 1677 — Morte de Spinoza, genial filósofo materialista holandês.
- 21 — 1934 — Assassinio de Cezar Augusto Sandino, herói do povo da Nicarágua.
- 1919 — Assassinio de Kurt Eisner, presidente da República Socialista da Baviera, proclamada após a primeira guerra mundial.
- — Dia da solidariedade para com a juventude e os estudantes em luta contra a colonização.
- 22 — 1840 — Nasce Augusto Bebel, líder operário alemão.
- 23 — 1848 — Revolução em Paris contra a monarquia de Luiz Felipe. Aparecimento do manifesto Comunista de Marx e Engels.
- 1918 — É criado o Exército Vermelho.
- 24 — 1896 — Nascimento de Andrei Zdanov, em Mariupol, na Rússia.
- 25 — 1881 — Nascimento de William Z. Foster, presidente do P.-C. dos E.E. U.U.
- 26 — 1802 — Nascimento de Victor Hugo.
- 27 — 1939 — Morte de Nadezhda Krupskaya, companheira e colaboradora de Lênin.
- 1933 — Incêndio do Reichstag por ordem de Goering.
- 1936 — Morte de Ivan Pavlov, grande fisiologista russo.

NACIONAL

- 2 — 1849 — Trava-se em Recife a batalha decisiva da Revolução Praeira. Nunes Machado, seu chefe, cai morto por uma bala.
- 5 — 1811 — Carta régia permitindo na Bahia, a fundação da primeira tipografia brasileira.
- 12 — 1908 — Nasce a heroína comunista Olga Benário Prestes.
- 21 — 1945 — Tomada de Monte Castelo, na Itália, pela F. E. B.
- 24 — 1891 — Promulga-se a Constituição da Primeira República.
- 26 — 1954 — O órgão "Por Uma Paz Duradoura, Por Uma Democracia Popular" publica o Projeto de Programa do Partido Comunista do Brasil.

Perguntas e RESPOSTAS

Importância da Conferência do Cairo na Luta Pela Paz e Contra o Colonialismo

P. — Qual a importância da Conferência de solidariedade dos povos afro-asiáticos no Cairo?

R. — Este foi um dos fatos mais importantes dos últimos tempos na arena internacional. Tendo a Conferência se realizado logo após a reunião dos chefes de Estado da OTAN em Paris, equivalem a uma demonstração de que os povos, que constituem a maior parte da população do globo terrestre, não se deixam intimidar pela chantagem guerreira das potências imperialistas. A Conferência do Cairo demonstrou a unidade profunda que já existe entre os povos da Ásia e da África para a defesa da paz mundial e a luta contra o colonialismo. A Conferência foi um exemplo brilhante da coexistência pacífica e da colaboração amistosa, que é possível estabelecer entre nações de diferentes regimes sociais. A diferença entre o sistema econômico-social na União Soviética e na China Popular, por um lado, e na Índia, Indonésia, Egito, etc., por outro

lado, não foi impedimento para que os seus representantes se entendessem e consolidassem os vínculos de cooperação mútua para determinados objetivos comuns.

A Conferência do Cairo teve como predecessora a Conferência de Bandung, levada a efeito em 1955. Esta última reunião de representantes oficiais de governos, ao passo que a primeira não teve caráter oficial. Isto, entretanto, não diminui a importância da Conferência do Cairo, uma vez que os delegados que dela participaram são figuras altamente representativas e suas posições corresponderam à política dos governantes dos seus países.

A Conferência do Cairo se pronunciou a favor de medidas concretas que favoreçam a causa da paz: cessação das experiências com armas nucleares; redução dos armamentos; condenação dos pactos militares, e do estabelecimento das bases de guerra em outros países.

A Conferência se manifestou a favor da solução de todas as divergências internacio-

nais por meios pacíficos, exigir o respeito à soberania e à integridade territorial de todos os povos e condenou formalmente a continuação da existência do imperialismo, declarando textualmente: A continuação da existência do imperialismo não é compatível com a nova era na qual o mundo entrou atualmente. Os povos da África e da Ásia, acreditam firmemente nos direitos de cada povo à sua liberdade e à sua independência.

A Conferência tomou posição a favor da independência do Omã do retorno da Nova Guiné Ocidental à Indonésia, das reivindicações dos povos árabes, da admissão da China Popular na ONU.

As delegações presentes no Cairo resolveram criar um Conselho de Solidariedade dos povos da África e da Ásia e com secretariado permanente. São medidas práticas que contribuirão para estreitar ainda mais os laços entre os povos afro-asiáticos.

O ponto culminante da Conferência foi, entretanto, a

Finme a Campanha Pelos 25% de Aumento

ASSEMBLEIA INTER-SINDICAL NO DIA 26 DO CORRENTE, REUNIRÁ CENTENAS DE MILHARES DE TRABALHADORES PAULISTAS — MESA-REDONDA ENTRE PATRÕES E EMPREGADOS PARA UMA SOLUÇÃO CONCILIATÓRIA

Prosegue na capital paulista a batalha que vêm travando os trabalhadores contra a iníqua sentença do Tribunal Superior do Trabalho, que reduziu de 25 para 18% o aumento salarial conquistado com a greve de meio milhão, em outubro do ano passado.

Mantendo-se em assembleia permanente na sede de seus respectivos sindicatos, debatem os operários as novas formas de prosseguir na luta, recorrendo aos recursos disponíveis.

COMISSÃO OPERÁRIA ENTREVISTA O PRESIDENTE

Esteve no Palácio do Catete uma numerosa comissão de dirigentes sindicais paulistas das mais importantes e numerosas corporações profissionais. Insistiram junto ao presidente da República sobre a necessidade de ser alcançado um acordo, capaz de atender aos interesses dos trabalhadores.

Depois disso, iniciaram os sindicatos um movimento de telegramas e mensagens, dirigidas ao Sr. Juscelino Kubitschek, através dos quais dele solicitam medidas a fim de que o Supremo Tribunal Federal, a quem deverão recorrer, mantenha os 25 por cento de aumento salarial.

Nesses telegramas, afirmam os trabalhadores que sua decisão de suspender a greve prevista para o dia 16 de janeiro, corresponde a um apelo do presidente. Cabe a este, portanto, para provar sua disposição de atender realmente aos interesses dos operários, tomar medidas a fim de conseguir entendimentos pacíficos com os patrões.

ASSEMBLEIA INTER-SINDICAL NO DIA 26

Em manifesto dirigido ao povo de São Paulo, decidiu a Aliança Inter-Sindical — poderosa organização que coordena as lutas reivindicatórias de dezenas de corporações profissionais convocar para o próximo dia 26 uma assembleia-monstro. Nesta será debatida a seguinte ordem-do-dia:

- 1) — Defesa dos 25 por cento de aumento;
- 2) — Envio de recursos ao Supremo Tribunal Federal, contra as decisões do TST;
- 3) — Demais reivindicações

dos trabalhadores.

Para essa reunião ampla, em que já se poderá examinar a reação dos empregadores ante a sentença do TST — Está sendo feita uma intensa mobilização junto aos locais de trabalho, a fim de assegurar a participação de milhares e milhares de trabalhadores.

MESA-REDONDA COM OS PATRÕES

Outra iniciativa importante consistirá na realização de uma mesa-redonda entre empregados e patrões, visando a buscar uma solução satisfatória para a questão dos 25 por cento. Esse contato deverá ser concretizado por intermédio da Delegacia Regional do Trabalho, interessada também em evitar que os trabalhadores sejam obrigados a recorrer a medidas extremas como a greve, em defesa de suas justas reivindicações.

Grande número de patrões, particularmente do setor metalúrgico e dos gráficos, comprometeu-se a continuar pagando na base dos 25 por cento de aumento, independentemente da sentença do TST. Quanto aos textéis, onde o número de patrões que se recusaram a cumprir a decisão do Tribunal Regional de São Paulo era muito grande, estão dispostos a prosseguir na luta pelo atendimento integral dessa conquista.

AMPLIA-SE A LUTA PELO AUMENTO

Atualmente, novos setores profissionais lançaram-se, na capital de São Paulo, à campanha por reajustamento salarial — vidreiros, trabalhadores de construção civil, servidores pú-

blicos — além de vários outros. Está reforçada assim, de maneira considerável, a ampla frente única que reúne na Aliança Inter-sindical cerca de um milhão de operários.

Com a sua decisão de não deflagrar a greve, mas buscar novos meios de defender seus direitos, revelaram os trabalhadores paulistas seu desejo de acordo e a tolerância com que vêm enfrentando a atitude intransigente de grande parte do patronato. Foi uma demonstração de que ao contrário do que dizem os políticos reacionários, os trabalhadores não são elementos desordeiros, que recorrem à greve a qualquer pretexto, apenas para fazer agitação. Mas são elementos conscientes de sua responsabilidade patriótica e que procuram antes esgotar todos os recursos conciliatórios, em busca de uma solução para a defesa de suas justas reivindicações.



Os trabalhadores paulistas não deixaram de manifestar o seu enérgico protesto contra a iníqua decisão do Tribunal Superior do Trabalho. No foto, uma das movimentadas assembleias, quando milhares de operários repudiaram a injusta decisão.

EM GREVE PARCIAL OS MARITIMOS

ENERGICO PROTESTO DE TODOS OS TRABALHADORES CONTRA AS VIOLÊNCIAS E ARBITRARIEDADES ORDENADAS PELO GOVERNO DO SR. KUBITSCHEK

A tendência geral da grande massa de marítimos — quase 100 mil trabalhadores — pelo que indicam os acontecimentos, era aguardar que se esgotasse o prazo. Atendendo ao apelo da Federação dos Marítimos, recuou de sua posição anterior favorável à greve o Sindicato dos Motoristas e Condutores, que decidiu conservar-se em assembleia permanente.

Essa a razão por que a greve foi apenas parcial não abrangendo a totalidade das categorias profissionais dos homens do mar, tendo sido decretada por apenas três das dezenas de sindicatos que agrupam os marítimos. No entanto, apesar dessas limitações, já no segundo dia da greve, esta se estendera — dentro das categorias acima referidas — aos principais portos do país.

VIOLÊNCIAS E ARBITRARIEDADES POLICIAIS

Tomando uma posição reacionária e antioperária, declarou o governo ilegal a greve dos marítimos, baseado no tristemente famoso decreto 9.070. E foi mais longe: decretou a intervenção nos três sindicatos que haviam ordenado a greve, efetuando a prisão de seus principais dirigentes.

A atitude do Ministério do Trabalho — a quem coube decretar a intervenção nos sindicatos, teve enorme repercussão entre os trabalhadores das demais profissões e provocou uma onda de indignação, pois constitui um atentado contra a autonomia sindical e o direito de greve assegurado na Constituição.

O documento lançado a público pela Federação dos Marítimos e assinado pelos dirigentes de mais de uma dezena de sindicatos do D. F. e de Niterói, depois de considerar a greve atual como fruto de precipitação, diz o seguinte: «Constatando no entanto esta posição dos dirigentes sindicais que preferiram forçar a greve sem o apoio de seus co-irmãos, externamos o nosso protesto junto ao governo da República pelas anunciadas medidas de intervenção militar e ministerial

em seus órgãos de classe e aplicação do famigerado decreto 9.070.

«Nós, os marítimos, não toleramos medidas odiosas desta natureza e confiamos que o primeiro mandatário da República, atentando para o que contém de negativa e repulsiva, haverá por bem não adotá-las por não condizentes com os brios de nossa classe e com os princípios de liberdade e autonomia sindical».

AMEAÇA DE INTERVENÇÃO MILITAR

Em meio à enorme onda de boatos desencadeados através da imprensa, nos primeiros dias da greve, surgiu a ameaça de convocação militar dos grevistas. Em grande assembleia realizada na sede do Sindicato Nacional dos Aeroviários, da qual participaram trabalhadores rodoviários, professores, oficiais de marcenários, carris urbanos, telefônica, ferroviários da Leopoldina, metalúrgicos, sapateiros, aeronautas, gráficos e outros, foi expresso um protesto enérgico contra as medidas de repressão já tomadas ou anunciadas pelo governo, visando intimidar todos os trabalhadores que se decidam a recorrer ao direito sagrado de greve.

De toda a parte do país chegam as notícias de manifestações de repúdio as violências cometidas contra os marítimos em greve.

DENTRO DOS PRÓXIMOS DIAS A SOLUÇÃO

Ante a gravidade da situação criada, decidiu o presidente da República realizar uma reunião urgente a fim de apreciar o relatório da Comissão Interministerial que estudou as reivindicações dos marítimos. Ficou incumbido o Ministro da Justiça de coordenar as providências necessárias a uma rápida solução do problema, devendo entrar em entendimentos com os Ministros da Viação, do Trabalho, da Marinha e da Fazenda.

Decidiu ainda a reunião ministerial autorizar os navios estrangeiros a fazer o serviço de cabotagem, nos portos nacionais. Isso visa diretamente

debilitar o movimento paralisista dos marítimos e constitui ao mesmo tempo uma tentativa para impedir que o mesmo se alastre para todo o país.

As reivindicações por que se batem os marítimos já constituem objeto de inúmeras portarias e decretos, que não vêm sendo cumpridos até agora. Seu cumprimento dependerá da disposição de luta e do espírito unitário dos trabalhadores do mar, que serão capazes, sem dúvida alguma, de derrotar qualquer tentativa divisionista ou aventura a que os queiram arrastar.

NOVAS VIOLÊNCIAS DO GOVERNO

Quando encerrávamos esta edição era noticiada a decretação, pelo Presidente da República, da ocupação temporária da Frota Nacional de Petroleiros, do Lode Brasileiro e da Companhia Nacional de Navegação Costeira. Em Santos foi interdito o acesso dos dirigentes sindicais aos navios.

Ante a violência do governo, iniciadas com a brutal intervenção armada nos sindicatos, os líderes da Federação foram em comissão ao Ministério da Justiça e convocaram importante reunião para deliberar sobre a posição que deverão adotar.

Embora a maioria dos sindicatos não estivesse apoiando a greve, unem-se todos os marítimos em defesa da sua liberdade sindical brutalmente violada pelo governo com as ocupações militares que determinou.



Em agitada assembleia, os metalúrgicos paulistas decidiram garantir o pagamento dos 25%. Os metalúrgicos participam dessa com que participaram da memorável greve de outubro último.

Querem Reeditar em Terras Gaúchas Crimes Praticados Contra os Possesores do Paraná



de uma choupana incendiada e destruída pela policia, para obrigar aos lavradores a abandonar a terra.

Já é do domínio da opinião pública riograndense o caso das 99 famílias de agricultores pobres de Taquari, que — tangidos pelo desejo de libertarem-se do regime de «meia» e «terça» em que vegetam desde a infância e de tornarem-se donos de todo o produto de sua força de trabalho — ocuparam, a 13 de outubro do ano passado, a área de 1497 hectares de terras do Estado denominadas «Fazenda Lammertz» ou «Fazenda dos Istrócha». Seguindo o exemplo dos 24 primeiros ocupantes de 1955, que já constituem uma florescente colônia, os novos foram também erguendo seus ranchos e fazendo lavrações para o plantio de milho, feijão, etc. Grande já era a área de terra lavrada, pronta para receber as sementes, quando lá apareceu, procedentes do 5º B. C. de Montenegro e tendo à frente um tenente e o delegado de policia de Taquari, um contingente da Brigada Militar composto de 26 homens armados

de fusis e metralhadoras portáteis. Esse contingente policial destruiu completamente os ranchos ameaçando abrir fogo contra os posseiros que reagissem ao inominável ato. Alguns ranchos foram espedaçados a machado e a marreta, e outros queimados.

A VISITA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

A requerimento do deputado Jairo Brum, foi formada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que esteve em Taquari a 28 de novembro. A comissão reconheceu em relatório público o extraordinário trabalho já realizado pelas primeiras 24 famílias camponesas que lá ocuparam em 1955 a área de 303 hectares e cuja situação já foi solucionada pela Lei 2.891 de 14 de novembro de 1956, que lhes doou gratuitamente os lotes ocupados. Os deputados

que integravam a comissão prometeram aos posseiros tudo fazerem, no parlamento gaúcho, no sentido de solucionar satisfatoriamente o caso. A situação no entanto permanece, isto é, o contingente policial ocupando as terras e as impedindo ao plantio. Os posseiros desalojados continuam em seus esforços para obter a indispensável solução ao seu caso. Entretanto a Comissão de Inquérito sofreu más influências pois resolveu arquivar o inquérito por haver constatado ausência absoluta de elementos que comprometam a autoridade policial de Taquari. Conforme documento que publicamos nesta reportagem, esses elementos não faltam, são os próprios camponeses que o testemunham, pois sofreram na carne toda sorte de violências e coações.

Além disso a Comissão conclui pelo «desamparo legal de suas pretensões (dos ocupantes) e a ilegalidade dos atos de invasão praticados». Essa conclusão está em contradição com o aplauso da Comissão aos 24 primeiros ocupantes. Representa um apoio dos parlamentares à ação destruidora da policia. E' de recordar-se que o caminho seguido por esses 24 ocupantes da primeira vez foi exatamente o mesmo e nem porisso lhes faltou na época amparo legal. A assembléa Legislativa foi um baluarte em defesa dos lavradores e sempre condenou as violências e coações então praticadas contra os camponeses de Taquari.

SÃO JUSTAS E PODEM SER LEGALIZADAS AS PRETENSÕES DOS CAMPONESES

Ao cogitar da legalidade da ilegalidade da ocupação levada a efeito pelos agricultores sem terra de Taquari, não se pode ver o fato isoladamente. Para um justo critério de apreciação é preciso considerar-se três poderosos fatores de razão para os camponeses:

I — AMPARO NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. — Determina a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em seu artigo 174, parágrafo 4º, que: «O Estado facilitará a fixação do homem à terra, estabelecendo planos de colonização ou instalação de granjas coletivas, com o aproveitamento de terras públicas ou mediante desapropriação, de terras particulares, de

Derrubada e incêndio de casas de camponeses — Contradição flagrante entre a conduta do governo e o que reza a Constituição do Estado em seu artigo 174, parágrafo 4 — A razão assiste aos camponeses e poderia ser solucionada sua situação, dentro da Constituição e em benefício dos interesses do Estado — Arbitrariedades policiais que a Comissão Parlamentar de Inquérito não constatou.

(DO CORRESPONDENTE)

preferencia as socialmente não aproveitadas».

II — RETARDAMENTO DA COLONIZAÇÃO PELO GOVERNO — Há mais de 5 anos que essas mesmas famílias vêm pleiteando a posse daquelas terras, arcando com despesas e imensas dificuldades. Já assinaram o requerimento de cem assinaturas exigido por lei. Já fizeram várias viagens a Porto Alegre, tendo visitado o governador Meneghetti, a Assembléa etc. Do governador, várias promessas foram obtidas. Do Legislativo ob-

tiveram até projetos de lei, dos quais foi aprovada primeiramente o... 230/54, de caráter geral, autorizando a posse de terra «aos ocupantes». A interpretação dessa lei, que hoje é torcida, referia-se claramente às cem famílias requerentes (não poderiam ser outras, já que a fazenda era ocupada apenas pelo gado e um agregado do diretor, da Estação de Pomicultura). A lei implicava obviamente num imediato plano de colonização e ocupação dos lotes por iniciativa da Divisão de Terras e Colonização da

Secretaria da Agricultura. Essas medidas na verdade foram até hoje!... A Secretaria da Agricultura limitou-se apenas a reconhecer (depois de um ano de lutas dos 24 primeiros ocupantes verdadeira epopéia de sacrificio e heroísmo contra os desmandos da policia) a posse legal dessas 24 famílias nos lotes de 15 hectares. Isso mesmo por intervenção de deputados do governo, como os srs. Hello Caromagno, Walter Perachi Barcelos, etc.

III — GRAVIDADE DO PROBLEMA DA TERRA EM (CONCLUI NA PAG. 11)

Grave Denúncia de Posseiros à Assembléa Legislativa

Publicamos abaixo documento que comprova a lamentável inexatidão das informações colhidas pelos parlamentares em Taquari. E' o documento assinado por diversas testemunhas e registrado no Tabelionato de Taquari.

DOCUMENTO-DENÚNCIA

Os abaixo assinados, posseiros das terras do Estado, situados no 1º Distrito de Taquari, vêm, por meio desta, denunciar à Assembléa Legislativa do Estado e ao povo do Rio Grande o seguinte:

Que eles, nada mais querem além dum pedaço de terra em que possam plantar para criar suas numerosas famílias e contribuir para o progresso econômico do querido Rio Grande do Sul — tiveram, no dia 5 p.p., seus ranchos completamente destruídos por um contingente da Brigada Militar armado de fusis e metralhadoras portáteis e que ameaçou atirar nos posseiros que reagissem contra o inominável ato.

Que, fazendeiros que criam gado há muitos anos naquelas terras relegadas de há muito ao mais completo abandono — acompanhavam os brigadianos e o sr. Delegado de Policia de Taquari (Ricardo Azambuja Guimarães) nas suas desumanas incursões contra os posseiros. Esses abastados fazendeiros doaram nos brigadianos novilhas gordas para churrasquearem durante sua permanência nas terras do Estado.

Que alguns ranchos foram espedaçados a machado e a marreta e outros, queimados. Que o sr. Delegado de Policia, no dia de hoje, começou a chamar os posseiros para depor e os que se negassem a depor a favor da policia seriam presos.

Que os posseiros se negaram a fazer depoimento a favor da policia, sendo então ameaçados pelo sr. Delegado



Os posseiros de Taquari estão decididos a permanecerem nas terras que ocuparam, pois a ela tem mais direito do que os grandes criadores de gado que as transformaram em pastos.

de Policia de Taquari, de prisão e agressão.

Que o sr. Delegado de Policia de Taquari vem fazendo fortíssima pressão contra os posseiros prometendo pô-los na cadeia se disserem a verdade à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Que o sr. Delegado de Policia de Taquari vem formando uma farsa contra os srs. Alvis José de Souza e jornalista Angelo Praia Irulégui, tentando sob coação (ameaça de prisão e outros meios coactivos) forçar os posseiros a dizerem que os mesmos lhes pregaram comunismo e embolsaram pequenas contribuições destinadas ao custeio das despesas decorrentes da luta, quais sejam: Viagens de comissões a Porto Alegre, publicações de notas na imprensa escrita e falada, constituição de advogados, se necessário, para defender a posse dos camponeses, etc.

Que o jornalista Angelo Praia Irulégui, apesar de todas as campanhas de menti-

ras contra ele dirigidas por certas pessoas mal-intencionadas e anti-cristãs, é um homem profundamente patriota. Que sempre esteve com o povo em todas as suas lutas reivindicatórias e que nunca se negou a dar apoio ao camponês taquariense quando por estes procurado. E que o sr. Alvis José de Souza, Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Taquari, que reúne 738 associados, é um agricultor patriota e que sempre esteve também com o povo em todas as situações. Nunca pregaram política, nunca fizeram política partidária nas lutas populares de que participaram, ao contrário do sr. Delegado de Policia de Taquari, que faz, abertamente, política partidária no exercício de sua função. Taquari, 14 de novembro de 1957 — Assinado Otávio José de Vargas, Angelo Lopes de Souza, e mais 17 nomes de posseiros de Taquari — Firmas reconhecidas por Albertino A. Saraiva, tabelião de Taquari.

AOS ARRENDATÁRIOS DE NOVA GRANADA E DOS MUNICÍPIOS VIZINHOS

A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Mangaratú, importante distrito do município de Nova Granada, no Estado de São Paulo, fez divulgar amplamente o seguinte aviso:

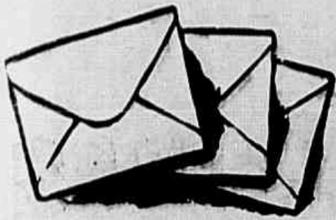
«A Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Mangaratú, entidade fundada no dia 31 de março do corrente ano, legalmente registrada sob nº 17, no registro de «Pessoas Jurídicas» desta Comarca, comunica a todos os ARRENDATÁRIOS residentes nesta Comarca, pertencentes ou não ao seu quadro associativo, que de acordo com o artigo 8º e seus parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei 3.085, de 29-12-1956, devidamente sancionada pelo sr. Presidente da República, ficam prorrogados por mais um ano, todos os contratos de arrendamento de terras rurais, cujo vencimento se verificar até 31 de dezembro de 1957.

O Art. 38 da mencionada Lei, tem a seguinte redação: «Ficam prorrogados por mais um (1) ano, todos os contratos de arrendamento de terras rurais, para utilização na lavoura ou pecuária, que tiverem seu término até 31 de dezembro de 1957». (Publicado no Diário Oficial da União).

Os arrendatários pobres, terão nos termos da Lei 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA por parte dos poderes públicos federal e estadual.

Para esclarecimento dos interessados, avisamos que o PODER público estadual é representado pelos Exmos. Srs. Drs. Juiz de Direito e Promotor Público da Comarca. Assim, deverão os arrendatários pobres, quando necessitarem, dirigir-se perante as autoridades judiciárias da Comarca, a fim de serem assegurados os seus direitos.

FRANCISCO SANCHES NUNES
Presidente»



Correspondência

Nos Estaleiros de Pôrto Alegre os Trabalhadores Exigem:

Enquadramento Sindical e Aumento de Salário

MANOBRAS PARA MANTER DESUNIDOS OS TRABALHADORES — SOLIDARIEDADE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MARÍTIMOS — DESDE 1953 QUE NÃO RECEBEM AUMENTO — ATIVA COMISSÃO DE SALÁRIO.

PORTO ALEGRE (Do correspondente) — Duas são as reivindicações que no momento preocupam os trabalhadores em Estaleiros, de Porto Alegre: aumento de salário e o enquadramento sindical. Com relação ao enquadramento sindical, trata-se de uma manobra para manter os trabalhadores divididos e desorganizados. Os operários têm feito esforços para resolver esse problema, sem contudo conseguí-lo, em virtude da atitude do próprio Ministério do Trabalho, que pretende enquadrá-los como metalúrgicos, erradamente. Depois de várias reuniões, os operários dos Estaleiros entraram para o Sindicato dos operários navais. Ali realizou-se uma eleição que foi consi-

derada ilegal pela Delegacia Regional do Trabalho. Essa eleição foi anulada e feita a intervenção ministerial no Sindicato. Como consequência, a situação continua a mesma para os trabalhadores.

SOLIDARIEDADE MARÍTIMA NACIONAL

A Federação Nacional dos Marítimos que representa toda a categoria de marítimos, (mais de 200 mil) tomou importante deliberação. Resolveu a Federação incluir em sua carta de reivindicações um ponto que diz que se os operários navais forem considerados metalúrgicos contrariando assim o enquadramento sindical de 1949, toda a categoria marítima irá à greve. Tal decisão do órgão máximo dos marítimos veio em

muito fortalecer a firme posição em que se encontram os operários navais de nossa capital.

NÃO RECEBEM AUMENTO DE SALÁRIO DESDE 1953

A não solução do enquadramento sindical dos trabalhadores em Estaleiros vem contribuindo para que o movimento reivindicatório daqueles trabalhadores não tenha a necessária consistência. Desde 1953 que eles não recebem aumento de salário. Por aí pode-se ver a difícil situação por que atravessam, quando sabemos que com o vertiginoso aumento do custo da vida, os salários reais dos trabalhadores se reduzem de ano para ano.

Para fazer frente a esta situação, os trabalhadores resolveram iniciar um sério movimento por aumento de salário. Nesse sentido, realizaram uma assembléia, na qual foi eleita uma Comissão Pró Aumento de Salário. Esta Comissão conta com o apoio unânime da corporação e vem desenvolvendo um grande trabalho pela conquista daquela reivindicação.



PREJUDICADA A FAMÍLIA DE COLONOS PELOS SENHORES DA FAZENDA CANADÁ

- ★ SALÁRIO MÉDIO DE CR\$ 540,00 MENSIS
- ★ TRABALHO GRATUITO DURANTE 45 DIAS PARA O DONO DA FAZENDA

NOVA FATIMA (Do Correspondente) — O tratamento dado por muitos fazendeiros deste município aos seus colonos, é verdadeiramente desumano. Para tirar o máximo do trabalho dos colonos, os métodos empregados constituem descarados roubos. Um exemplo disso é o que acaba de ocorrer com o colono Jorge Panhota.

Com o objetivo de aumentar cada vez mais os seus lucros, o fazendeiro Charles Wauful, proprietário da Fazenda «Canadá», além de pagar miseravelmente o contrato de um ano, feito com o colono, ainda o fez trabalhar 45 dias de graça.

Jorge Panhota assinou um contrato para trabalhar o ano agrícola de 1956-57, por um preço irrisório que, dividido pelos doze meses, lhe daria uma média mensal de Cr\$ 2.700,00. Entretanto, tal era o volume de trabalho que tinha a realizar, que foi

obrigado a utilizar toda a sua família (quatro rapazes e uma moça) no serviço da fazenda. Equivale dizer que o salário de cada um dos membros da família era de quinhentos e quarenta cruzeiros mensais.

Não satisfeito com essa brutal exploração, o fazendeiro, encerrada a colheita e o prazo do contrato, exigiu do colono Jorge Panhota, a realização da «espalha», sem nenhum pagamento. Esse trabalho consumiu 45 dias de trabalho de toda a família, quando pelo contrato o colono não tinha direito de realizá-lo.

Em virtude disso, aquela família não pôde plantar o milho, o feijão, etc., com que procuram melhorar o salário miserável que percebem, visto que o fazem nos primeiros dias de novembro e só acabaram a «espalha» na segunda quinzena de dezembro. Ficou, assim, prejudicado o colono

para todo o ano agrícola de 1957/58.

O método de exploração utilizado contra o colono Jorge Panhota e sua família, vem sendo frequentemente empregado pelos fazendeiros do Paraná, especialmente depois que introduziram novos processos na colheita para a produção dos chamados cafés finos. Tais processos retardam a colheita, que geralmente, ultrapassa a data de término do contrato, mas os fazendeiros se negam a pagar os dias excedentes.

Têm sido inúmeras as reclamações chegadas nesse sentido, nos sindicatos rurais deste município e do município de Londrina. Tais reclamações são justas e o departamento jurídico daquelas organizações já se prepararam para enfrentar, no ano em curso, este problema, procurando defender os interesses dos colonos, contra a exploração dos fazendeiros.

Querem Reeditar em Terras Gauchas...

TAQUARÍ. O Censo de 1950 indicava que no município de Taquarí, para um total de 4.478 famílias rurais, havia nada menos de 1.829 famílias de camponeses sem terra. E o regime de «meia» e «terças assume proporções impressionantes, atingindo graus maiores de exploração.

O lavrador Antônio Botelho por exemplo, que está com 56 anos, levou praticamente a vida como meiteiro. Lembra-se que trabalhou 10 anos com um proprietário e 15 anos com outro. «Para o meiteiro é sacrifício, diz ele. Só se prospera para o dono da terra. Na enchente de janeiro, há 10 anos atrás, perdemos milho em tanta de que

bra. Naquê tempo o único prejuízo do dono da terra foi a semente e o serviço perdido de boi e arado. Agora nem isso eles dão. Estamos trabalhando com boi e arado nosso, pois eles têm vários meiteiros e começam a negociar os bois e arados até a gente comprar para ter garantidos na hora em que é preciso». Como se vê, até o tradicional compromisso do fornecimento de bois e arados pelo proprietário é rompido através de manobras.

Outro lavrador, genio de Antônio Botelho, trabalha em regime de terça. Mas que terça?... Um negociante lhe fornece as sementes de batata pela terça de sua produção. Ao dono da terra fica a outra terça parte. De modo que ele, o produtor, fica apenas

com a terça parte para com ela sustentar a família o ano todo!

Por todos esses fatos conclui-se que a colonização da «Fazenda Lemmert», além de amparada na Constituição do Estado, representa a solução para um grave problema social, qual seja o pauperismo e a miséria. Além disso, como já não é possível negar e a própria Comissão Parlamentar de Inquérito reconheceu, a ocupação das terras feita pelos camponeses por sua própria iniciativa há 3 anos atrás, afirmou-se como uma medida benéfica e de progresso, que veio aumentar o afluxo de gêneros coloniais, hortaliças, etc., aos centros de consumo, desde Taquarí até a nossa própria Capital.

A BATALHA DA DIFUSÃO

Hoje somos levados a suspender as remessas de VOZ OPERÁRIA para determinadas agências, que se atrasaram, consideravelmente, nos seus compromissos com a Gerência da empresa editora do nosso semanário. Não só pelo atraso, mas sobretudo pela absoluta falta de contacto com a MATRIZ. Independentemente da providência de interromper as remessas, tomamos outras, visando com isso restabelecer a normalidade entre as agências e a MATRIZ.

Insistimos na necessidade urgente de ser mantida absoluta regularidade nos pagamentos. A empresa não funcionará sem recursos financeiros suficientes. — VOZ OPERÁRIA depende desses recursos para melhor se apresentar aos seus leitores e os agentes serão melhor servidos, pois o nosso jornal sairá e circulará sem dificuldade e chegará às mãos de agentes e leitores em dias certos, despertando o interesse e a confiança de todos, assegurando-se uma melhor difusão.

Se no mês de dezembro o montante dos recebimentos foi maior e mais numerosos foram os pagamentos, no entanto, o mesmo já não se pode dizer quanto a janeiro, embora ainda estejamos a alguns dias do fim do mês. Está nas mãos dos agentes de

AGENCIA SUSPENSAS: Jundia, AGENCIAS RESTABELECIDAS: Paranaguá, Barra do Piraí (JS), Aquidauana e Buri.

AUMENTOS: Volta Redonda mais 100 por cento.

AGENTE SUBSTITUÍDO: Foi substituído o agente de Jau, que a partir do 451 passa a ser o Sr. Amadeu Cruz.

Queremos esclarecer ao agente de Manaus, que desde o 1.0 448, sua cota está seguindo conforme seu pedido.

PAGAMENTOS DE 16-1 a 23-1-58: Jau, Santos, Barra Piraí (AMA), S. Paulo, Manaus, Campina Grande, Pindamonhangaba, Belem e Barra do Piraí (JS).

VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável
Mário Alves

MATRIZ:
Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 - Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual	150,00
Semestral	80,00
Trimestral	60,00
Núm. avulso	3,00
Núm. atrasado	5,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte:	



CR\$ 100,00
EDITORIAL VITÓRIA LTDA
Rua Juan Pablo Duarte, 50
sobrado.



CR\$ 80,00
EDITORIAL VITÓRIA LTDA
Rua Juan Pablo Duarte, 50
sobrado.

A Juventude Paulista Trabalha, Estuda e Luta Por Uma Vida Melhor

I — Quase Milhão de Jovens Operários Explorados Nas Fábricas — Seus Direitos E Reivindicações — A Luta Pelo Aperfeiçoamento Profissional
II — A Força Do Movimento Estudantil — Mais Escolas E Melhores Condições De Estudo — Unidade Operário-Estudantil — Em Defesa Da Liberdade De Expressão

(1a. de uma série de duas reportagens)
 por Meacir LONGO

A juventude em toda parte constitui-se em uma camada numerosa. No Brasil ela representa 52% da população. O objetivo desta reportagem é mostrar de forma sintetizada a situação da mocidade paulista, como vive e luta para superar inúmeras dificuldades que vem atravessando.

SITUAÇÃO DA JUVENTUDE TRABALHADORA

Do milhão de operários existentes em S. Paulo, cerca de 800 mil são jovens de 13 a 25 anos, sendo que o número de menores de 18 anos atinge mais de 200 mil. Se a situação dos operários em geral é difícil, devido à carestia, baixos salários, pesados transportes, etc., a dos menores é muito pior já que são duplamente explorados porque, além de tudo, ganham a metade do salário.

Apesar da Constituição Federal determinar em seu art. 171, § 2º, que se pague salário igual para trabalho igual, os patrões não cumprem esta lei e pagam apenas a metade do salário-mínimo aos menores, que com os descontos não valém de 2 mil cruzeiros. A Constituição e a Consolidação das Leis do Trabalho proíbem o trabalho extra e noturno para os menores, mas estes continuam a trabalhar à noite, sem que haja uma fiscalização rigorosa do Departamento Regional do Trabalho e do Juizado de Menores no sentido de obrigar os patrões cumprirem as leis.

A C. L. T. manda que os patrões enviem aos cursos profissionais 3 menores de cada 100 operários de suas respectivas empresas. Estes em geral desobedecem a lei e mandam 2 — 1 às vezes nem um às escolas. Para provar isto basta ver os números. Se em S. Paulo existe cerca de 1 milhão de operários teríamos que ter nas escolas profissionais no mínimo 30 mil menores estudando, mas segundo dados da secretaria de Educação do Estado, estudam em escolas profissionais apenas 13.687 aprendizes.

Como todo jovem tem sede de aprender, de aperfeiçoar seus conhecimentos para elevar sua cultura e sua qualificação profissional, os jovens operários são obrigados a estudar à noite, depois de 8 e 9 horas de estafante trabalho indo diretamente para a escola sem poder se alimentar, passando em geral com um magro sanduiche.

EM LUTA PELOS SEUS DIREITOS

A medida que os jovens tomam consciência desta situação em que vivem, apoiando-se nos sindicatos e em conjunto com os adultos, passam a lutar por seus direitos. Um exemplo foi dado na última greve, onde a juventude trabalhadora teve uma atuação destacada na preparação do movimento, nos piquetes-gigantes que percorriam as ruas de fábrica em fábrica, até à noite, muitas vezes sem sofrer sob ameaças constantes da polícia.

Atualmente os jovens trabalhadores lutam juntos com todos operários pelo pagamento dos 25% obtidos com enormes sacrifícios na última greve. Em conjunto com os estudantes, que os apoiaram com entusiasmo na greve por aumento de salários reforçando assim a aliança operário-estudantil, lutam pela aprovação do projeto Rogé Ferreira, no sentido de que seja reduzida a jornada de trabalho de

8 para 6 horas sem descontos nos salários para todos estudantes-trabalhadores dos cursos noturnos. Esta luta conta com o apoio do Pacto de Unidade Inter-Sindical e esperam os jovens operários contar com o apoio da juventude e trabalhadores de todo país, pois se for aprovado o projeto, o mesmo se estenderá a todo território nacional.

A FORÇA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A mocidade estudantil tem longa, bela e gloriosa tradição de lutas em defesa dos ideais democráticos, da soberania da Pátria e das riquezas nacionais. Ela tem lutado também pela conquista de suas reivindicações específicas.

Sabemos que o Brasil se encontra entre os países onde o índice de analfabetismo é dos mais elevados, mas em S. Paulo, devido ao rápido desenvolvimento econômico, vem

crescendo o número de estudantes e de escolas. O número de estudantes de cursos superiores era em 1953 de 13000. Em 1957 atingiu a casa dos 18 mil. O número de secundaristas era de 75 mil em 1953, passando para 106 mil em 1957, segundo os dados da Secretaria Estadual de Educação. Sendo assim, cresce o importância do movimento estudantil no Estado.

Entre os movimentos da juventude, o movimento estudantil é sem dúvida alguma o mais organizado. Os universitários estão organizados em seus grêmios em cada faculdade, contam ainda com a União Estadual dos Estudantes, que congrega todos os 64 grêmios existentes no Estado, realiza congressos anuais

U.P.E.S., que coordena as lutas dos estudantes em âmbito estadual por suas reivindicações.

Entre as lutas em que tem se empenhado ultimamente os estudantes paulistas destaca-se as semanas Nacionalistas que tem se realizado com grande participação de estudantes e povo em geral, a greve pelo pagamento da verba de 60 milhões para a criação da cadeira de Geologia da Faculdade de Filosofia, tendo obtido esmagadora vitória, a campanha em defesa do voto ao analfabeto, o apoio entusiástico à luta da classe operária na greve dos 400 mil em Outubro, onde participavam das assembleias dos operários, das passeatas, bandos precatórios, etc. Os secundaristas desenvolveram uma



Jovens operárias têxteis participam ativamente das lutas reivindicatórias de sua classe, que agora luta concretamente para garantir os 25 por cento de aumento de salário.

onde se discutem reivindicações de interesses nacionais e de caráter específico. Os secundaristas se organizam em grêmios em quase todas as escolas, possuem ainda uma série de organizações que unificam os estudantes de um determinado bairro e têm como organização central a

prolongada luta pelo congelamento das taxas e anuidades escolares, pela construção do restaurante estudantil, pela



Estes garotos trabalham na vidraria Nadir Figueiredo, sem as mínimas condições de higiene e segurança. Na foto, um garoto acidentado na perna, trabalhando sem nenhuma assistência.

aplicação das verbas destinadas à educação e cultura do orçamento estatal. A base desta luta obtiveram importantes vitórias como, a promessa do governador Jânio Quadros de doar um terreno no centro da cidade no valor de 13 milhões de cruzeiros para a construção do restaurante da sede de todas as entidades estudantis. Conquistaram ainda importante vitória após prolongada luta pelo congelamento das taxas e anuidades, conseguindo fazer com que a COFAP baixasse uma portaria neste sentido, dando-se o congelamento à base dos níveis de 1957. Esta vitória não está assegurada, porque os donos de Colégios recorreram à Justiça, mas os estudantes desenvolvem, atualmente uma luta nacional pela efetivação desta medida.

EM DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Atualmente, tanto os universitários como os secundaristas travam uma grande batalha de combate às investidas do sr. Jânio Quadros contra a liberdade de expressão e de cátedra, provocando séria crise na Universidade de São Paulo. Os universitários se encontram em greve geral simbólica até que seja solucionada a referida crise.

Os universitários paulistas se solidarizaram em péso com a atitude dos seus colegas da Faculdade de Filosofia, que

tomaram enérgica posição a lado do prof. Mário Schenberg, ilustre cientista vítima do despotismo do governado paulista, apoiando igualmente a justa posição da Congregação daquela Faculdade. A defesa da liberdade de expressão e da autonomia para Universidade de São Paulo tornou um fato de importância nacional, motivando próxima reunião do Conselho Nacional dos Estudantes na própria capital do Estado.

UNIDADE DAS FILEIRAS ESTUDANTIS

Participam também os estudantes da grande campanha contra a carestia que está se organizando à base de um programa concreto que está sendo elaborado por uma série de comissões organizadas em ampla mesa redonda, com a participação de pessoas de todas as camadas da população. Em todas estas lutas dos estudantes tem-se observado um espírito de unidade inquebrantável, tanto entre os estudantes das várias correntes, e opiniões, como entre eles e as outras camadas e classes que tem objetivos comuns em uma série de problemas.

No próximo número de VOZ OPERÁRIA, numa segunda reportagem, abordaremos os problemas da juventude camponesa e do esporte amador, que é o atrativo máximo de dezenas de milhares de jovens.



Foi destacada a participação dos jovens na última greve. A foto fixa a ação de um piquete grevista, no qual os jovens se constituem a maioria.



Delegados presentes ao IX Congresso da União Paulista dos Estudantes Secundários, no qual foram aprovadas medidas de apoio à luta nacionalista do nosso povo.